



Universidade de Brasília

Faculdade de Tecnologia

Departamento de Engenharia Florestal

**Perspectivas socioeconômicas locais sobre a proposta de ampliação do
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**

Acadêmica: Joanna Fernanda Ramos - Matrícula 09/0118391

Linha de pesquisa: Manejo de Áreas Protegidas

Orientador: Prof. Reuber Albuquerque Brandão

Brasília – DF

Dezembro 2016



Universidade de Brasília

Faculdade de Tecnologia

Departamento de Engenharia Florestal

Joanna Fernanda Ramos

**Perspectivas socioeconômicas locais sobre a proposta de ampliação do
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**

Trabalho Final apresentado ao
Departamento de Engenharia Florestal
da Universidade de Brasília, como parte
das exigências para obtenção do título
de Engenheiro Florestal.

Brasília – DF

Dezembro 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE TECNOLOGIA - FT
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL – EFL

**Perspectivas socioeconômicas locais sobre a proposta de ampliação do
Parque Nacional da Chapada Dos Veadeiros**

Estudante: Joanna Fernanda Ramos

Matrícula: 09/0118391

Orientador: Prof. Dr. Reuber Albuquerque Brandão

Menção: SS



Prof. Dr. Reuber Albuquerque Brandão
Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Engenharia Florestal
Orientador



Prof. Alexandre Assis Carvalho
Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Engenharia Florestal
Membro da Banca



Victória Oliveira Matos
Engenheira Florestal
Membro da Banca

Dezembro/2016

Resumo

O Cerrado é um bioma brasileiro de inestimável importância, no entanto é um dos mais desmatados atualmente. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) é uma Unidade de Conservação que tem papel importante na preservação e conservação deste bioma. O histórico de criação e delimitação de limites do PNCV foi conturbado e em conjunto com problemáticas fundiárias da região os municípios do entorno do PNCV nem sempre foram influenciados positivamente. Nesse contexto, estudos sobre aspectos socioeconômicos de cidades no entorno do PNCV são essenciais para entender a dinâmica desses municípios com o PNCV e a efetividade e cumprimento dos objetivos da área protegida, em acordo com as atividades do entorno. O objetivo deste estudo é analisar a percepção da comunidade local diante de possíveis impactos sociais decorrentes da ampliação do PNCV, com ênfase em aspectos socioeconômicos nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás e Nova Roma. Para isso fiz uso de questionários e depoimentos que foram respondidos por comerciantes, pequenos produtores, e secretários municipais. Cavalcante foi o município com respostas mais positivas sobre a influência da ampliação PNCV, Alto Paraíso de Goiás se mostrou o mais desacreditado em relação à influência positiva da ampliação, Teresina de Goiás não acredita de maneira geral que a ampliação pode mudar sua condição atual e Nova Roma não acredita de maneira geral ser influenciado pela ampliação. Existe uma expectativa inversa entre IDHM e perspectiva local da influência positiva da ampliação do parque sobre o município.

Palavras chave: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Socioeconômico, Ampliação, Influência, Fundiária.

Abstract

The Cerrado is a Brazilian biome of immeasurable importance, nevertheless it is one of the most deforested today. The National Park of the Chapada dos Veadeiros (PNCV) is a Conservation Unit that plays an important role in the preservation and conservation of this biome. The history of creation and delimitation of boundaries of the PNCV was troubled and together with land problems of the region the municipalities around the PNCV were not always influenced positively. In this context, studies on socioeconomic aspects of cities in the vicinity of the PNCV are essential to understand the dynamics of these municipalities with the PNCV and the effectiveness and fulfillment of the objectives of the protected area, according to the surrounding area activities. The objective of this study is to analyze the perception of the local community regarding the possible social impacts resulting from the enlargement of the PNCV, with emphasis on socioeconomic aspects in the municipalities of Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás and Nova Roma. For that I used questionnaires and statements that were answered by merchants, small producers, and municipal secretaries. Cavalcante was the municipality with more positive answers on the influence of the PNCV enlargement, Alto Paraíso de Goiás was the most discredited in relation to the positive influence of the enlargement, Teresina de Goiás does not generally believe that the enlargement can change its current condition and Nova Roma does not generally believe that it is influenced by the enlargement. There is an inverse expectation between IDHM and local perspective of the positive influence of the PNCV enlargement over the municipality.

Key – words: Chapada dos Veadeiros National Park, Socioeconomic, Enlargement, Influence, Land problems.

Sumário

Introdução.....	5
Cerrado	5
Unidades de conservação no Cerrado	5
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	6
Histórico do PNCV	7
Problemáticas e interesses na região do PNCV	9
Importância da ampliação do PNCV	10
Objetivo.....	10
Material e Métodos	11
Caracterização da área de estudo.....	11
A região nordeste de GO.....	11
Cavalcante.....	12
Teresina de Goiás.....	16
Nova Roma.....	18
Alto Paraíso de Goiás	22
Coleta de Dados	24
Análise dos dados	27
Resultados e Discussão	28
Questionário – Perguntas referentes a questões socioeconômicas e turísticas.....	28
Demanda atendida por atividade econômica.....	28
Perfil do consumidor por município	29
Tempo de funcionamento da atividade econômica exercida.....	29
Progresso das atividades econômicas nos últimos anos	30
Melhorias na cidade nos últimos anos	31
Potencial turístico dos municípios	31
Depoimentos – Perspectivas sobre influência da ampliação do PNCV em relação aos municípios	32
Correlação entre Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em relação às diferentes posturas frente a ampliação do PNCV.	37
Modelo de Regressão Linear.....	38
Teste da mediana.....	40
Conclusão.....	41
Bibliografia	42
APÊNDICE 1 - Questionário.....	47
APÊNDICE 2 - Depoimento.....	48
ANEXO 1 – Autorização do uso de depoimento	49

Introdução

Cerrado

O Cerrado contém 5% da biodiversidade do planeta (KLINK & MACHADO, 2005). Cerca de 45% de sua flora é endêmica, o número de plantas vasculares é elevado quando comparado com a maioria das regiões do mundo, sendo que as herbáceas, arbustivas, arbóreas e cipós totalizam mais de 12.000 espécies (MENDONÇA *et al.*, 2008). O Bioma é constituído por um conjunto de fitofisionomias (savanas, florestas e campos) que se localizam na região central do Brasil (EITEN, 1977; RIBEIRO *et al.*, 1981, KLINK & MACHADO, 2005). Segundo maior bioma brasileiro, menor apenas que a Amazônia, o Cerrado ocupa 21% do território nacional, abarcando nascentes de doze regiões hidrográficas brasileiras (Amazonas, Tocantins/Araguaia, Parnaíba, São Francisco, Paraná e Paraguai (MMA, 2010).

É a savana tropical mais diversa do mundo e um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade (MYERS *et al.*, 2000; SILVA & BATES, 2002). Tanta relevância não é suficiente para garantir a proteção deste importante bioma, o qual não é considerado patrimônio nacional brasileiro pela constituição (BRASIL, 1988). Menos de 10% de sua área se encontra protegida por unidades de conservação (AGUIAR & CAMARGO, 2004, FRANÇOSO *et al.*, 2015). Ao total, são 285 áreas protegidas, destas 81 são municipais e 49 federais. No entanto, a fração de vegetação nativa protegida é de apenas 6,5%. Apesar da quantidade de áreas de proteção municipal ser maior que as federais, ainda assim as unidades de conservação federais de proteção integral são mais efetivas na proteção do Cerrado, pois são as únicas que garantem, de fato, a conservação da biodiversidade (FRANÇOSO *et al.*, 2015).

Apesar de sua importância, menos de 3,2% do bioma está protegido por unidades de conservação de proteção integral (FRANÇOSO *et al.*, 2015). Por outro lado, o Cerrado é fortemente pressionado pelo agronegócio. O desmatamento no Cerrado, de 2002 a 2008, alcançou 85.074 km², apresentando desmatamento anual de 14.179 km² (MMA, 2010). De 2009 a 2010 apresentou a maior taxa de desmatamento dentre os biomas brasileiros (MMA & IBAMA, 2011).

Até 2008 o Cerrado havia perdido cerca de 48% de sua cobertura original (MMA 2010), e grandes parcelas das áreas remanescentes sofreram algum tipo de degradação ou se encontravam altamente fragmentadas (KLINK & MACHADO, 2005). Das espécies de fauna que ocorrem no Cerrado, cerca de 120 estavam ameaçadas de extinção ou extintas em 2008 (IBGE, 2012) e, de acordo com estimativas, ao menos 20% das espécies endêmicas e ameaçadas se encontram fora dos parques e reservas existentes (MACHADO *et al.*, 2004).

Unidades de conservação no Cerrado

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado em 2000 pela Lei nº 9.985, regula as relações entre Estado, cidadãos e meio ambiente, assegurando a apropriada preservação dos remanescentes dos biomas brasileiros, levando em consideração aspectos naturais e culturais. A regulação do SNUC foi um importante passo para reafirmar a importância ambiental, regulamentando o Art. 225 da Constituição Federal que afirma ser direito de todo cidadão o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (BRASIL, 1988),

O SNUC, que estabelece normas e diretrizes para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação, é constituído pelo conjunto de Unidades de Conservação (UC) federais, estaduais e municipais. Seu objetivo consiste na proteção da diversidade biológica, recursos naturais, espécies ameaçadas, paisagens naturais e atributos significantes de natureza geológica, morfológica, espeleológica, paleontológica e cultural, promoção do desenvolvimento sustentável, utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza e educação e interpretação

ambiental; recuperação ou restauração de recursos e ecossistemas degradados; e contribuição para manutenção da diversidade biológica, estudos, monitoramento ambiental e valorização econômica e social da diversidade biológica (SNUC, Lei 9.985/2000).

As UCs são separadas em dois grupos, denominados de Proteção Integral ou de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral tem caráter mais restritivo, visando preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, e são constituídas por diversas categorias de UC, dentre as quais se encontram os parques nacionais. Em contrapartida, as Unidades de Uso Sustentável têm como base a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Assim, apresentam caráter mais flexível em relação ao uso de seus recursos (SNUC, Lei 9.985/2000).

O primeiro Parque Nacional Brasileiro (Parque Nacional de Itatiaia), criado em 1937, três anos após a criação do primeiro código florestal nacional, tinha como função o incentivo à pesquisa científica e oferta de lazer às populações urbanas (ESTEVES, 2006). O número de parques nacionais aumentou lentamente e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) somente veio a ser criado na “segunda geração” de parques nacionais, junto com mais onze unidades, entre 1959 e 1961. Este grupo de parques possuía duas características destacáveis, o pioneiro caráter interiorano e a proteção do bioma Cerrado (ICMBIO, 2009).

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

O PNCV localiza-se na região nordeste do estado de Goiás. Com 65. 514 hectares possui elevado grau de endemismo na flora e na fauna (ICMBIO, 2009). Conceituado como uma das áreas núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado é, segundo o PRONABIO, área de importância biológica extremamente alta para as atividades de conservação e manejo (ICMBIO, 2009). De 2006 a 2015 houve um aumento na quantidade de visitantes no PNCV (Figura1), demonstrando maior curiosidade e reconhecimento em relação ao PNCV.

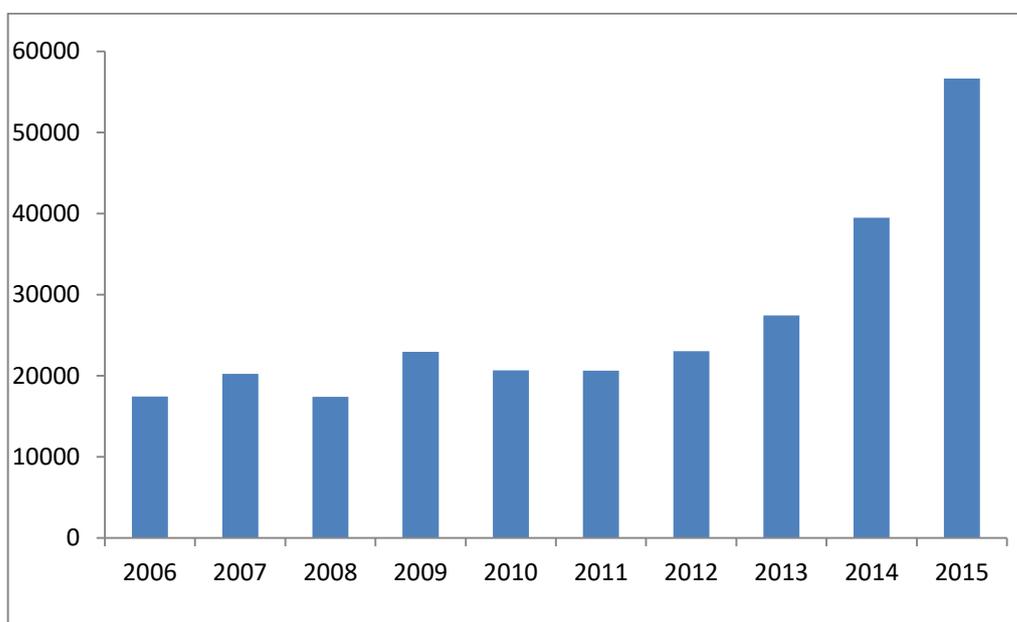


Figura 1: Histórico da quantidade de visitantes de 2006 a 2015 no PNCV: Fonte: PNCV.

Haja vista a importância da conservação da fauna e flora silvestres do Cerrado e a função de corredores ecológicos, o PNCV funciona como alternativa de integração com as distintas áreas de proteção situadas em seu entorno. Para a constituição de corredores ecológicos eficientes é importante a integração e a conectividade de diferentes áreas, o que não é uma realidade atual,

uma vez que a maioria das áreas protegidas no Cerrado são pequenas e ineficientes (ICMBIO, 2009, FRANÇOSO *et. al.*, 2015).

O PNCV tem papel fundamental na constituição de corredores ecológicos na região, os quais, muitas vezes, para que sua função seja cumprida de forma eficiente, necessitam que mais áreas protegidas sejam criadas (ICMBIO, 2009). A maioria das áreas protegidas no Cerrado é constituída por Áreas de Proteção Ambiental (APA), enquadradas nas UCs de uso sustentável. No entanto, tal categoria é bastante vulnerável às pressões antrópicas (FRANÇOSO *et al.*, 2015). Entre 2002 e 2008, o desmatamento nas UCs de uso sustentável foi cinco vezes maior se comparado com as UCs de proteção integral (MMA, 2010).

Histórico do PNCV

A primeira proposta de criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros surgiu em 1960, por meio da Fundação Coimbra Bueno (PAES, 1995), em concordância com a Organização das Nações Unidas, com o intuito de pesquisar a região, por conta de seus extraordinários valores naturais (ICMBIO, 2009). A criação do PNCV ocorreu em um momento singular da política administrativa brasileira, a construção de Brasília, e a criação de unidades de conservação em locais antes nunca explorados pelo governo, demonstrou um novo posicionamento diante de questões geográficas e estratégicas, mais voltado para o interior do Brasil (ICMBIO, 2009). Segundo o SNUC (Lei 9.985/2000), parques nacionais são criados para preservar ecossistemas naturais de grande significância ecológica, beleza cênica, e são de posse e domínio públicos.

O PNCV, primeiramente denominado Parque Nacional do Tocantins, foi criado pelo Decreto nº 49.875 de 11 de janeiro de 1961, com 625 mil hectares, abrangendo desde a margem direita do Rio Tocantins até o Rio São Felix. Os municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante foram os mais afetados com a criação do parque, pois foi argumentado que a aquisição de terras da área do parque não foi feita imediatamente, diminuindo as atividades agropecuárias e minerárias, agravando os problemas socioeconômicos e dificultando a vida da população rural local (ICMBIO, 2009).

Em 1972, por meio do Decreto nº 70.492, o Parque sofre alterações no seu perímetro e nome, sendo retiradas áreas do Pouso Alto, Vão do rio Claro e toda área referente aos municípios de Colinas, Lages, Vila Borba e Jaó. Com esse decreto, o parque passou a apenas 171 mil hectares, e foi denominado como Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (ICMBIO, 2009).

As diminuições do perímetro do Parque não cessaram e, em 1981, o PNCV sofreu outra redução. Pressões por parte das comunidades e do Projeto Alto Paraíso levaram à uma diminuição da área da UC para os cerca de 60 mil hectares atuais. O Decreto nº 86.596, que reduziu o parque, retirou áreas da Fazenda Bona Espero, grande parte da Serra de Santana e a confluência dos rios Preto e Claro (ICMBIO, 2009).

Os processos de aquisição de terras que se seguiram após as diversas alterações no perímetro do parque foram conturbados. Somente em 1986 foi recebida verba para realizar por completo a regularização fundiária de terras que foram declaradas, em 1982, de utilidade pública para efeito de desapropriação. Assim, no ano de 1990, o Decreto nº 99.279 precisou a área do parque em 65.514,7259 hectares, para efeito de desapropriação, (Figura 2) (ICMBIO, 2009).

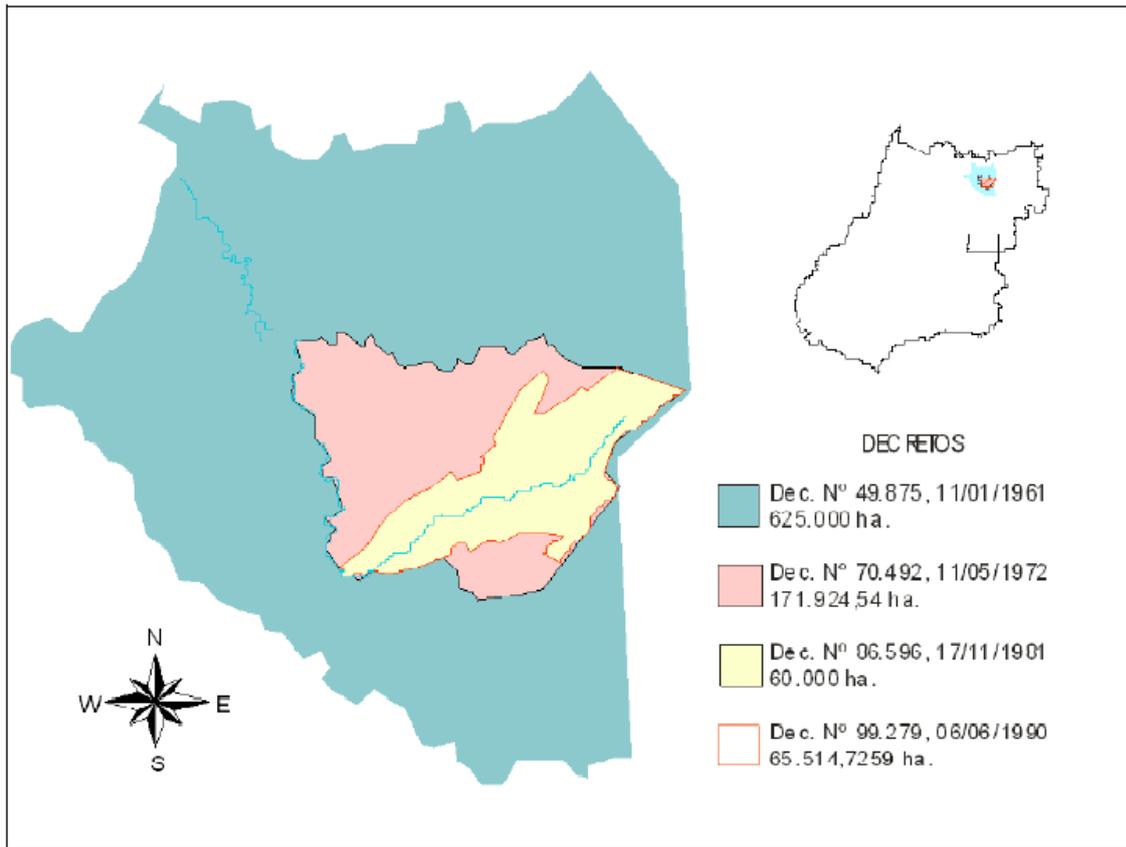


Figura 2: Áreas do PNCV, segundo seus decretos. Fonte: IBAMA – PNCV.

Em 2001, os limites do parque foram novamente modificados (Figura 3). Desta vez ampliando a área para os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e chegando até o povoado de Ourominas, abrangendo cerca de 235 mil hectares. O intuito de tal alteração era obter o título de Sítio do Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO, adquirido apenas depois da efetiva ampliação. A nova delimitação do parque não durou muito. Dois anos depois, por meio de decisão do STF, a ampliação do PNCV foi revertida, retornando à área anterior. As consequências de tal ação podem levar futuramente a uma perda do título adquirido e da visibilidade que o bioma recebeu devido a ele (ICMBIO, 2009).

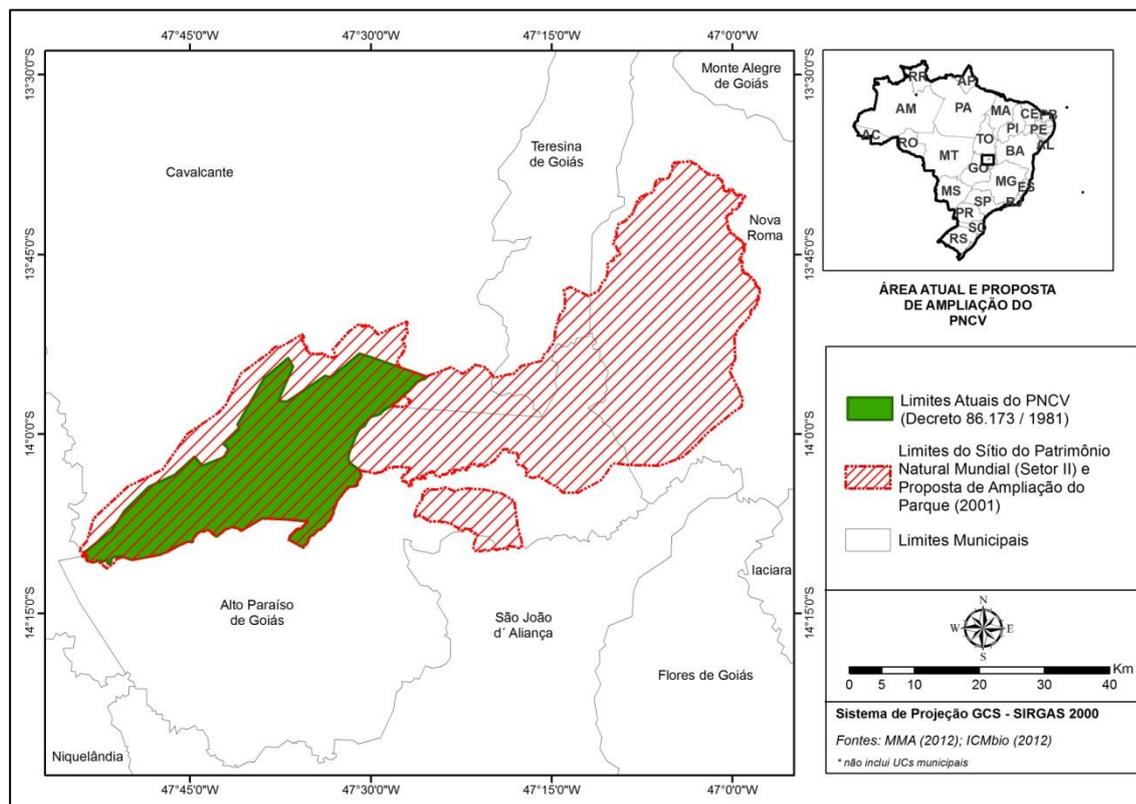


Figura 3: Área atual do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros de acordo com o Decreto em vigor (Decreto nº 86.173/1981), área de ampliação em 2001 (invalidada em 2003) e limites do Sítio do Patrimônio Natural Mundial – Setor II. Fonte: Banco de Dados Georreferenciados – ICMBIO/MMA.

Problemáticas e interesses na região do PNCV

O estado de Goiás possui localização estratégica, no centro do país, perto de Brasília e na região considerada como uma das principais áreas para a expansão da fronteira agrícola brasileira (INOCÊNCIO & CALAÇA, 2009). Por isso, atrai muitos interesses, tanto de atividades agrícolas de grandes empresas agropecuárias, quanto empreendimentos hidrelétricos que visualizam, devido à riqueza hídrica da região, a expansão do mercado. No Plano Nacional de Energia Elétrica da Eletrobrás são previstas no estado de Goiás a construção de 84 usinas hidrelétricas (ICMBIO, 2009).

A questão de terras tem um peso forte em todo o Brasil (COUTINHO & RODRIGUES, 2015). No estado de Goiás esse problema é mais intenso no nordeste do estado (ICMBIO, 2009;). A marcha ao oeste, promovida na era Vargas, atraiu muitas pessoas de diferentes estados (Minas Gerais, Maranhão, dentre outros) à região, incluindo grandes e pequenos agricultores (BARREIRA, 1997). No entanto, nem todos ganharam com essa migração. Os pequenos agricultores encontraram empecilhos para adquirir a documentação de posse de suas terras, deixando muitos produtores em situação fundiária irregular. Com a mudança da capital do país para Brasília, a especulação imobiliária cresceu sobre a região e só agravou ainda mais os problemas fundiários existentes (BARREIRA, 1997, MARQUES et al., 2012). A ação discriminatória decretada pelo estado em 1977 (Lei nº 8,309, 1977) também ajudou a piorar esse quadro significativamente.

O PNCV carece de registros históricos do início de sua implantação. Desde sua criação já possuía diversos tipos de ocupação e necessitava ser regularizado. Apesar disso, em 1995 este assunto ainda não havia sido resolvido. Segundo o Plano de Ação Emergencial criado em 1995, a situação fundiária do Parque estava sendo levantada e os dados cadastrais dos imóveis dentro dos limites da UC estavam em fase de coleta nos cartórios de Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás (BARBOSA, 2008).

Em 1998, de acordo com levantamentos feitos para a elaboração do Plano de Manejo do parque, apenas 20% do total da área do PNCV era considerada de posse da União (IBAMA/PROAVES, 1998). Um grande problema identificado foi a existência de áreas que se sobrepõem a outras já adquiridas e a ações de indenização e reintegração em curso naquele ano. As diversas alterações feitas nos limites do parque ao longo dos anos podem ter sido um dos fatores que dificultaram a resolução da questão fundiária (ICMBIO, 2009). Assim, todas essas problemáticas fundiárias no entorno e dentro do parque e os grandes interesses de empreendimento na região dificultaram a ampliação do parque de forma efetiva.

Importância da ampliação do PNCV

A região nordeste de Goiás é uma das áreas mais preservadas do estado, considerada um dos maiores nascedouros de aves do país, possui vegetações especiais, como a floresta seca, e abriga diversas espécies ameaçadas de extinção (MACHADO *et al.*, 2004), além de apresentar grande importância hídrica para diversas bacias brasileiras (ICMBIO, 2009). Por todos esses motivos, em 2000, foi considerada pela UNESCO como Reserva da Biosfera do Cerrado Goyaz.

A simples ação isolada de estabelecer UCs não assegura que a biodiversidade e suas características originais serão mantidas, uma vez que, dependendo da localização da UC, esta pode estar isolada em meio a paisagens distintas e, com isso, sofrer deterioração de seus ambientes, principalmente a partir das bordas (BRITZ *et al.*, 2003). Os corredores ecológicos são uma das ferramentas que ajudam a impedir que as UCs se comportem como ilhas, pois têm como função manter e restaurar a conectividade da paisagem de maneira a permitir o fácil fluxo gênico entre populações, além de, em grande escala, garantir suporte dos processos ecológicos evolutivos (ICMBIO, 2009).

Muitas áreas consideradas prioritárias para conservação na região da Chapada dos Veadeiros estão dentro da área de possível ampliação do PNCV. Compõem importante área dispersora de águas para o abastecimento de grandes rios, manchas da fitofisionomia florestal de Mata Seca, a qual é pouco conservada em áreas protegidas da região, domínio geológico complexo composto por variadas litologias, incluindo as calcárias que favorecem a formação de grutas e cavernas e refúgios ecológicos para fauna (RANIERI, 2013).

Neste contexto, a ampliação do PNCV é essencial, uma vez que a região sofre constantes pressões por parte dos grandes proprietários do setor agropecuário (INOCÊNCIO & CALAÇA, 2009), além de especulações por parte da construção de hidrelétricas e empreendimentos (ICMBIO, 2009). Ele também se enquadra em uma categoria de UC que cumpre efetivamente seu papel, ajudando na formação de corredores, manutenção de paisagens únicas, guardando potencial de futuros estudos de diversas espécies que ainda não foram descobertas, além de garantir a manutenção dos serviços ambientais prestados à região e população de Goiás (SIMÕES *et al.*, 2008).

A biodiversidade é uma das particularidades mais distintas da região e a existência do PNCV e a sua ampliação são cruciais para a sua permanência e manutenção. Ao mesmo tempo as problemáticas fundiárias em torno da ampliação e da região do PNCV nem sempre trouxeram influências positivas para as comunidades locais. Desta maneira, estudos sobre aspectos socioeconômicos de cidades no entorno do PNCV são essenciais para entender a dinâmica desses municípios com o PNCV e a efetividade e cumprimento dos objetivos da área protegida, em acordo com as atividades do entorno.

Objetivo

O presente trabalho visou analisar a percepção da comunidade local diante de possíveis impactos sociais decorrentes da ampliação do PNCV, com ênfase em aspectos socioeconômicos nos

municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás e Nova Roma. Os objetivos específicos são:

1. Avaliar os aspectos socioeconômicos dos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás e Nova Roma;
2. Analisar as particularidades socioeconômicas de cada município e responder as perguntas:
 - a. A ampliação do PNCV trará benefícios para os municípios influenciados?
 - b. O Turismo traria renda para os municípios?
 - c. Qual o perfil do consumidor?
 - d. O comércio tem demanda a ser atendida?
 - e. O comércio tem crescido proporcionalmente em relação ao aumento do número de turistas que visitam o PNCV?
 - f. Qual a percepção dos entrevistados sobre a influência da ampliação?
3. Identificar se existe relação dos resultados da perspectiva local de influência da ampliação do PNCV e o Índice de Desenvolvimento Humano de cada município.

Material e Métodos

Caracterização da área de estudo

A região nordeste de GO

O nordeste goiano equivale à junção dos perímetros das microrregiões Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã. Constituído por vinte municípios, ocupa 38.726.364 km² (Figura 4), corresponde a 11,39% do estado. Segundo o Censo Demográfico de 2010, possui 169.961 habitantes (2,83% da população do estado). A pecuária (rebanho bovino) é a atividade econômica mais significativa da região, a qual possui 5,5% do rebanho estadual (PEIXOTO *et al.*, 2014).

Historicamente, se comparado com restante do estado, o nordeste Goiano possui desigualdades no desenvolvimento econômico e é uma das regiões menos desenvolvidas do estado. Com o fim do ciclo do ouro, a população da região decresceu bruscamente, tendo os remanescentes, como alternativa de sobrevivência, migrado para atividades agropecuárias. Essas mudanças na estrutura produtiva levaram ao aumento da relevância de produtos como soja e milho e a diminuição de produções de arroz, laranja e manga (ICMBIO, 2009). Todos os municípios estudados se encontram nessa região.

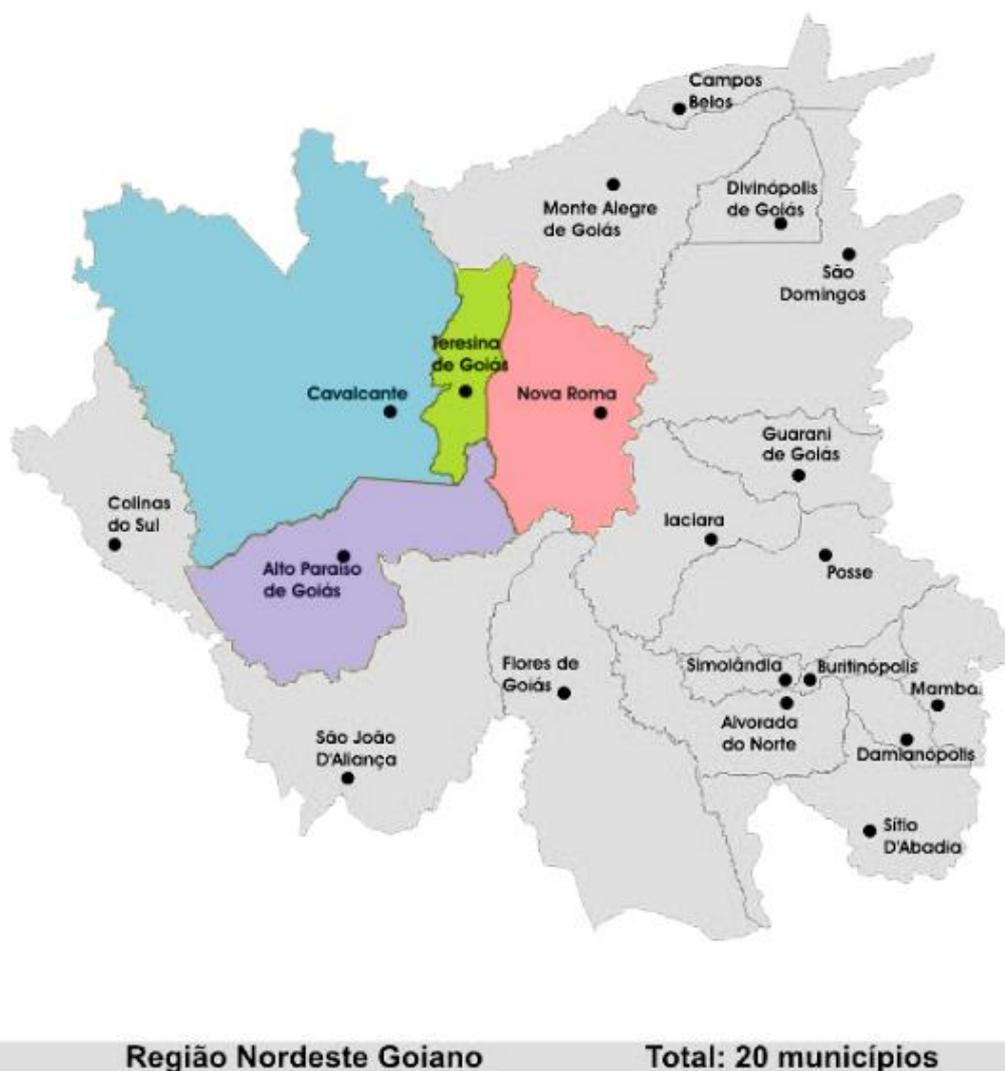


Figura 4: Região do Nordeste Goiano com destaque dos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma e Teresina de Goiás. Fonte: IMB, 2010. Adaptado pela autora.

Cavalcante

O município de Cavalcante é limitado pelo estado de Tocantins e municípios de Teresina de Goiás, Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás e Minaçu. Os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul e Teresina de Goiás eram distritos do município de Cavalcante (ICMBIO, 2009), e apenas em 1988 ocorreu a separação (IBGE, 2016). O Município possui 6.953,666 Km² (Figura 3) e densidade demográfica de 1,35 hab./km² (IBGE 2010). Em 2015 teve população estimada em 9.775 habitantes, não variando muito se comparada a 2010.

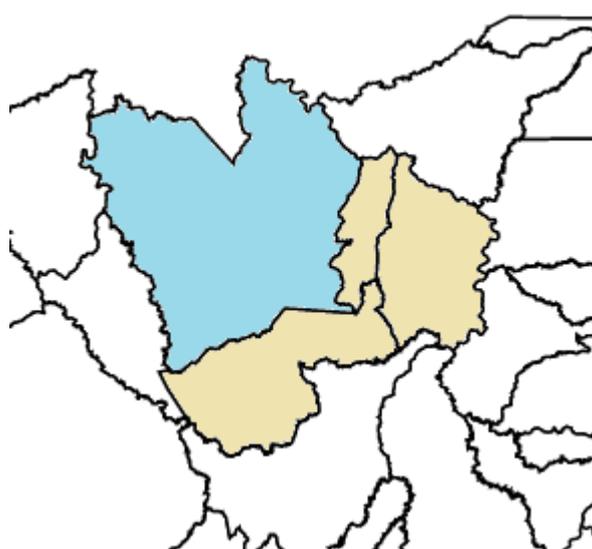


Figura 5: Limites do município de Cavalcante. Fonte: IMB, 2010. Adaptado pela autora.

O Município surgiu oficialmente em 1740, em meio à exploração do ouro (IBGE, 2016). No entanto, atualmente as lavouras e a produção pecuária são as maiores fontes de renda do município e, devido à sua beleza cênica, cada vez mais esforços são destinados ao desenvolvimento das potencialidades turísticas da região (ANDREUZZA *et al*, 2011).

Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM)

O município apresenta IDHM de 0,584, considerado baixo na faixa de Desenvolvimento Humano Municipal. Seu IDHM é pequeno dentro do estado de Goiás. No entanto, apresentou elevada taxa de crescimento (104,91% para município comparado a 47% para o Estado) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010) (Tabela 1):

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Cavalcante – GO.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,079	0,172	0,415
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	7,95	10,96	31,17
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	13,5	48,67	71,31
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	11,99	24,78	74,06
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	3,27	11,69	31,9
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	2,98	1,13	14,5
IDHM Longevidade	0,64	0,71	0,808
Esperança de vida ao nascer (em anos)	63,42	67,61	73,47
IDHM Renda	0,458	0,509	0,595
Renda per capita (em R\$)	138,66	190,08	32

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Entre 1991 e 2000 o IDHM cresceu à taxa de 38,95%. Entre 2000 e 2010 a taxa de crescimento aumentou ainda mais em relação aos dez anos anteriores, alcançando 47,47%. A dimensão que mais se destacou ao longo dos anos de 1991 e 2010 foi a educação. Cavalcante ocupa a posição de número 4540 entre os 5565 municípios brasileiros (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

Dados comerciais atuais

A quantidade de empresas atuantes no município variou bastante, de 2010 a 2014. Durante três anos consecutivos houve queda na quantidade de empresas atuantes, e somente no ano de 2014 o número de empresas começou a aumentar novamente, sendo 71 empresas em 2013 e 87 em 2014 (IBGE, 2016). Mesmo com aumento, o comércio da região ainda é muito pouco desenvolvido em comparação a outros municípios, como por exemplo, Alto Paraíso de Goiás, que em 2014 possuía 280 empresas atuantes (IBGE, 2016).

Existe um elevado número de comércios informais em Cavalcante, por isso, é difícil obter um número oficial e real da quantidade de empreendimentos atuantes na região. A estimativa informada em saída de campo (realizada no segundo semestre de 2016) foi de aproximadamente 100 a 150 estabelecimentos comerciais (incluindo os turísticos), apenas metade destes trabalhava na legalidade. A quantidade de estabelecimentos voltados ao turismo como pousadas, hotéis e similares é de 42, destes 26 funcionam durante todo ano, e 16 somente em períodos determinados (PREFEITURA DE CAVALCANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, 2016).

Atividades desenvolvidas

Em 2006 as atividades econômicas com maior número de unidades eram comércio, serviços coletivos sociais e alojamento e alimentação (Tabela 2) (IBGE, 2006). No mesmo ano foram registrados no Censo Agropecuário 2.374 estabelecimentos rurais, dos quais mais da metade eram pastagens naturais ou implantadas (Tabela 3). Os principais produtos agrícolas eram grãos, milho e mandioca (SEGPLAN & SEPIN, 2011).

Tabela 2: Empresas e outras organizações por tipo de atividade em Cavalcante - GO em 2006

Atividade	Número de unidades	Pessoal Ocupado
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	6	14
Pesca	-	-
Indústrias extrativas	8	12
Indústrias de transformação	1	-
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2	x
Construção	4	2
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	166	190
Alojamento e alimentação	10	18
Transporte, armazenagem e comunicações	3	7
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	4	15
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	4	5
Administração pública, defesa e seguridade social	2	x
Educação	-	-
Saúde e serviços sociais	1	x
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	19	8

Serviços domésticos	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Total	230	513

Fonte: IBGE, 2006 – Cadastro Central de Empresas.

Tabela 3: Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários registrados em 2006 no Município de Cavalcante

Tipo de Utilização de Terras	Estabelecimentos	
	Número	%
Lavouras Permanentes	174	6,4
Lavouras Temporárias -	455	16,6
Pastagens Naturais -	736	26,9
Pastagens Plantadas -	673	24,6
Matas Naturais	693	25,3
Matas Plantadas	3	0,1
Total	2.374	100,0

Fonte: SEGPLAN & SEPIN, 2011 – Base: Censo Agropecuário de 2006

Em 2011 as principais atividades econômicas no município eram a agropecuária e a extração mineral, sendo o setor de prestação de serviços incipiente (FILHO, 2011). Em 2013 o produto interno bruto do município era em maioria obtido por meio da indústria (Figura 6) (IBGE, 2013). O número de agricultores familiares ativos no município cadastrados no PRONAF é de 574 (SPOA/CGMI, 2016). Contudo, Cavalcante possui apenas uma feira do produtor de pouco movimento, com média de produtores que comparece assiduamente de 6 a 8 pessoas.

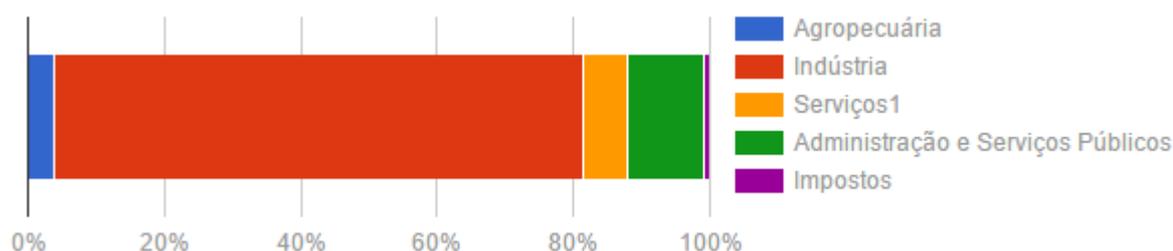


Figura 6: Produto Interno Bruto do município de Cavalcante em 2013. Fonte: IBGE, 2013.

Atividades Turísticas

Os atrativos turísticos no município são diversificados, possuem caráter cênico, recreativo e são ligados a manifestações culturais e eventos religiosos. As comunidades Kalungas têm papel importante nos atrativos culturais, os quais se destacam as Folias de Reis, as romarias religiosas e as festas tradicionais da comunidade (ICMBIO, 2009). Os pontos turísticos mais frequentados estão relacionados ao rio Almas, como o banho sob a ponte na GO-241, cachoeiras de São Bartolomeu, Cachoeiras do rio da Prata e a cachoeira Santa Bárbara que se localiza no Sítio Histórico Kalunga (ICMBIO, 2009).

Teresina de Goiás

O município de Teresina de Goiás é limitado pelos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma e Alto Paraíso de Goiás. Possui uma área de 774,639 km² (Figura 7) e densidade demográfica de 3,89 hab/km². Em 2015 sua população foi estimada em 3.290 habitantes, não variando muito se comparada a 2010 (IBGE, 2010).

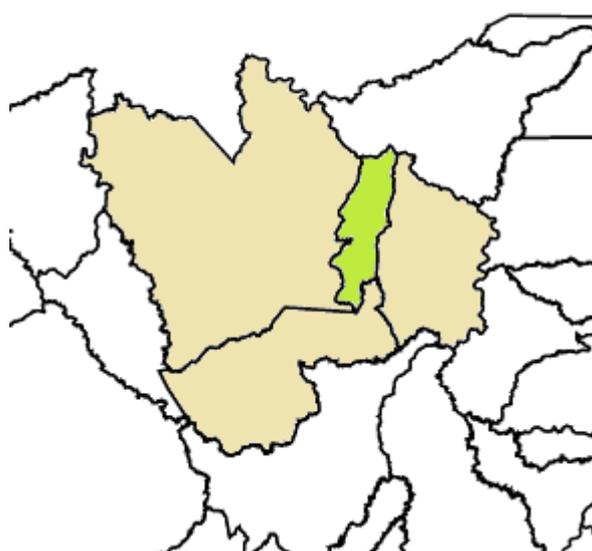


Figura 7: Limites do município de Teresina de Goiás. Fonte: IMB, 2010. Alterado pela autora.

O município foi criado na década de 70 e emancipado politicamente de Cavalcante em 1978 (ICMBIO, 2009). Entre 1990 e 2004, houve uma queda acentuada na quantidade de área plantada em todos os municípios do entorno do PNCV. Teresina de Goiás teve uma redução de 82% passando de 795 ha para 140 hectares (ICMBIO, 2009). Em 2006 o número de área plantada aumentou para 349,91 hectares, dentre os quais 44,310 há eram de pastagens naturais (IBGE, 2006).

Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O município apresenta IDHM de 0,661, considerado médio (0,60 e 0,69) na faixa de Desenvolvimento Humano (Tabela 4). De 1991 a 2010, apresentou elevada taxa de crescimento (75% para o município comparado a 47% para o Estado). Teresina de Goiás ocupa a posição de número 2870 entre os 5565 municípios brasileiros (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Teresina de Goiás – GO

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,154	0,315	0,564
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	21,95	24,38	42,81
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	22,14	80,45	95,05
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	22,14	40,73	84,4
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	7,43	15,85	50,16

% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	-	6,05	29,3
IDHM Longevidade	0,621	0,723	0,817
Esperança de vida ao nascer (em anos)	62,27	68,38	74
IDHM Renda	0,559	0,543	0,626
Renda per capita (em R\$)	259,09	234,73	394,33

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Dados comerciais atuais

De 2010 a 2012, a quantidade de empresas diminuiu (78 para 28 unidades), aumentando novamente em 2014, com 32 empresas cadastradas (IBGE, 2016). A quantidade de comércios informais é pequena (SECRETÁRIO DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIÁS, 2016). Teresina de Goiás possui muitos atrativos naturais, no entanto não apresenta grande estrutura turística (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA DE GOIÁS, 2016). O município possui poucos estabelecimentos voltados ao turismo como pousadas, hotéis e *campings*. Existe um hotel em funcionamento, um em reforma e outro a ser aberto no fim de 2016; duas pousadas, uma dentro da cidade e outra próxima à Cachoeira Poço Encantado; e um *camping* que ainda não teve suas instalações utilizadas.

Atividades desenvolvidas

Em 2006, Teresina de Goiás era um dos municípios mais novos da região da Chapada dos Veadeiros. Apresentava baixo número de atividades desenvolvidas e pessoas empregadas, em relação à quantidade de habitantes do município (Tabela 5). Dentre os estabelecimentos agropecuários, 97% eram dedicados à pecuária e 3% às lavouras, sendo predominante a pequena propriedade (IBGE, 2006).

Tabela 5: Empresas e outras organizações por tipo de atividade em Teresina de Goiás em 2006

Atividade	Número de unidades	Pessoal Ocupado
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	2	x
Pesca	-	-
Indústrias extrativas	2	x
Indústrias de transformação	1	x
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	-
Construção	-	-
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	67	69
Alojamento e alimentação	9	8
Transporte, armazenagem e comunicações	1	x
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	-	-
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	-	-
Administração pública, defesa e seguridade social	3	erro
Educação	-	-
Saúde e serviços sociais	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3	-
Serviços domésticos	-	-

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Total	88	erro

Fonte: IBGE, 2006 – Cadastro Central de Empresas.

O município apresenta baixo dinamismo econômico, grau significativo de miséria e falta de políticas públicas compensatórias por parte da prefeitura, além de atividades econômicas com baixo valor agregado (ROMANATTO & ARRIEL, 2011). Em 2013 o produto interno bruto do município era, em grande parte, obtido por meio da administração e serviços públicos (Figura 8) (IBGE, 2013). O número de agricultores familiares ativos no município, cadastrados no PRONAF, é de 112 (SPOA/CGMI, 2016). No entanto, Teresina de Goiás possui somente uma feira do produtor de pouco movimento, a média de produtores que comparece assiduamente é de 4 a 5 pessoas.

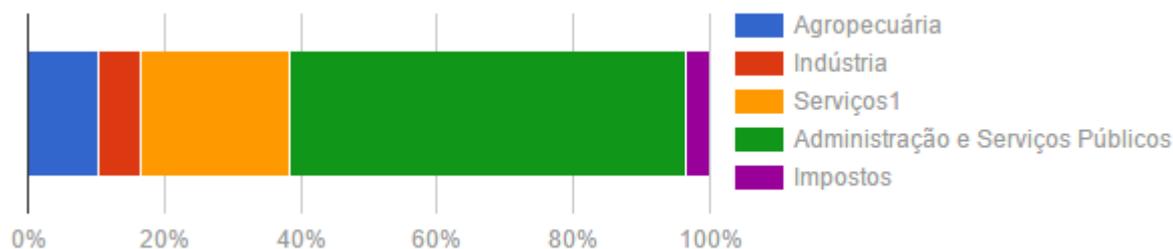


Figura 8: Produto Interno bruto do município de Teresina de Goiás em 2013. Fonte: IBGE, 2013.

Atividades Turísticas

As atividades turísticas do município estão dispostas na categoria de ecoturismo, aventura e cultura. Os atrativos turísticos são a Comunidade Kalunga, Vão de Almas, Cachoeira do Poço Encantado, Cachoeira do Almas, Cachoeira Taquara, Pedra Escrita da Curva do Caixão, Rio das Pedras, Rio Paranã, Lajeado da Ponde da Diadema, Memorial Casa de Lió e Sítio Arqueológico (AGENCIA ESTADUAL DE TURISMO DE GOIÁS, 2014). Existem oito guias formados no município, mas apenas um exerce sua profissão atualmente (SECRETÁRIO DE TURISMO, 2016).

Nova Roma

O município de Nova Roma é limitado pelos municípios de Monte Alegre de Goiás, São Domingos, Iaciara, Flores de Goiás, São Joao da Aliança, Alto Paraíso de Goiás e Teresina de Goiás. Três dos municípios que fazem divisa com Nova Roma estão situados no entorno do PNCV. O Município possui uma área de 2.135,960 km² (Figura 9) e densidade demográfica de 1,63 hab./km² (IBGE, 2010). Em 2015 teve população estimada em 3.470 habitantes. Nova Roma originalmente parte do município de Cavalcante, surgiu em meio a atividades de garimpo de ouro. Em 1911 foi elevada à categoria de distrito, e em 1958 se transformou em município (IBGE, 2016).

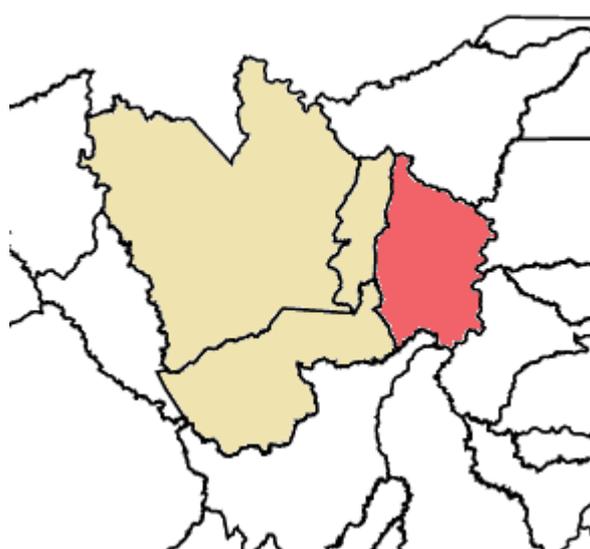


Figura 9: Limites do município de Nova Roma. Fonte: IMB, 2010. Alterado pela autora.

Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O município apresenta IDHM de 0,634, considerado médio (0,60 e 0,69) na faixa de Desenvolvimento Humano. De 1991 a 2010 todos os índices apresentaram crescimento, mas em termos absolutos a educação foi o índice que mais cresceu nestes 20 anos. Neste período, o município apresentou elevada taxa de crescimento (65,1% para o município comparado a 47% para o estado) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010) (Tabela 6). Nova Roma ocupa a posição número 3407 dentre os 5565 outros municípios (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

Tabela 6: índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Nova Roma – GO

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,182	0,309	0,529
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	12,27	21,29	35,81
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	40,93	74,38	85,87
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	25,02	56,44	85,91
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	18	11,97	55,63
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	4,49	6,15	29,86
IDHM Longevidade	0,639	0,753	0,812
Esperança de vida ao nascer (em anos)	63,33	70,2	73,71
IDHM Renda	0,486	0,492	0,594
Renda per capita (em R\$)	164,83	170,82	323,19

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Dados comerciais atuais

Entre 2006 e 2010, a quantidade de empresas em funcionamento no município diminuiu 24%. Em 2010, 64% do comércio de Nova Roma era ligado a reparação de veículos automotores e motocicletas (SEGPLAN, 2012). A quantidade de empresas diferiu nos últimos anos, de 2010 a 2011 o número de empresas atuantes caiu (de 31 para 26 unidades) variando nos anos seguintes. Em 2014 apenas 14 empresas permaneceram atuantes (IBGE, 2016).

Os estabelecimentos voltados ao turismo são poucos. Apenas um hotel tem registro na internet por meio do Portal Férias do Ministério de Turismo do Brasil (PORTAL FÉRIAS, 2016). No entanto, dois hotéis estão em funcionamento na cidade, corroborando com a quantidade de empresas atuantes em 2010, classificadas como alojamento e alimentação, (Tabela 7) (IBGE, 2012).

Tabela 7: Número de empresas atuantes entre 2006 e 2010 em Nova Roma.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	2006	2010	Variação %
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	21	16	-24
Outras atividades de serviços	1	3	200
Alojamento e alimentação	3	2	-33
Administração pública, defesa e seguridade social	1	2	100
Educação	5	1	-80
Transporte, armazenagem e correio	1	-	-100
Indústrias extrativas	1	-	-100
Indústrias de transformação	-	-	-
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-	-	-
Informação e comunicação	-	-	-
Artes, cultura, esporte e recreação	-	-	-
Construção	-	-	-
Atividades imobiliárias	-	-	-
Saúde humana e serviços sociais	-	-	-
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-	-	-
Total	33	25	-24

Fonte: IBGE, 2012. Cadastro Central de Empresas. Elaboração: FUNATURA.

Atividades desenvolvidas

Nova Roma, em comparação com os municípios estudados, apresenta o menor número de empresas e outras organizações (Tabela 8). Em 2006, dentre os estabelecimentos agropecuários 85% foram dedicados a pecuária e 14% as lavouras, sendo predominante no município a propriedade de pequeno porte (IBGE, 2006). Em 2010, a quantidade de pessoas em atividade no município cresceu significativamente, passando de 286 em 2006 para 2905 (IBGE, 2010).

Tabela 8: Empresas e outras organizações por tipo de atividade em Nova Roma – GO em 2006

Atividade	Número de unidades	Pessoal Ocupado
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1	x
Pesca	-	-
Indústrias extrativas	2	x
Indústrias de transformação	2	-
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1	x
Construção	1	-
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	28	32
Alojamento e alimentação	4	2
Transporte, armazenagem e comunicações	4	7
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	6	-
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	-	-
Administração pública, defesa e seguridade social	1	x
Educação	-	-
Saúde e serviços sociais	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2	x
Serviços domésticos	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Total	52	286

Fonte: IBGE, 2006 – Cadastro Central de Empresas.

Nova Roma indica vocação para criação de bovinos e a produção de carvão vegetal, foi a segunda maior produtora do estado em 2010. O perfil turístico do município se enquadra em turismo de natureza com potencial para atividades de ecoturismo, como aventura, cachoeiras e esportes náuticos (SEGPLAN, 2012). Em 2013 o produto interno bruto do município era em sua maioria obtido por meio da indústria (Figura 10) (IBGE, 2013).

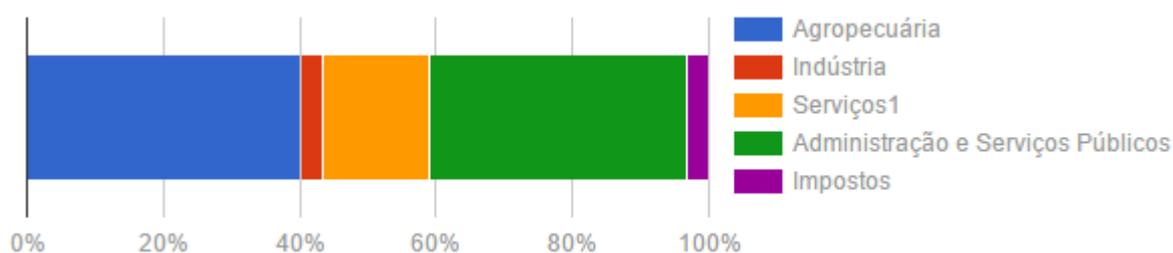


Figura 10: Produto interno bruto do município de Nova Roma em 2013. Fonte: IBGE, 2013.

O município apresenta baixo dinamismo econômico, grau significativo de miséria e falta de políticas públicas compensatórias por parte da prefeitura, além das atividades econômicas possuírem baixo valor agregado (ROMANATTO & ARRIEL, 2011). O número de agricultores familiares ativos no município cadastrados no PRONAF é de 183 (SPOA/CGMI, 2016). Vale ressaltar que, em consulta com EMATER com sede no município, o número de familiares ativos registrados correto para o ano de 2016 é de 453 produtores. O município não possui nenhuma feira do produtor.

Atividades Turísticas

Nova Roma possui oito atrativos turísticos, sendo em sua maioria cachoeiras, seguida pelos rios Jataroba, Paraña e das Pedras, a gruta da Cana Brava e a Serra da Pedra Branca (PORTAL FÉRIAS, 2016). A população local é a principal usuária dos atrativos turísticos, os quais são a pesca amadora, e a visitação de cachoeiras e rios. O município ainda possui território de comunidade quilombola a qual realiza diversas festas tradicionais ao longo de todo o ano (SANTOS & MOSCOSO, 2012).

A cachoeira da Forquilha, atrativo turístico de Nova Roma de grande beleza cênica, tem difícil acesso e por isso somente é visitada com auxílio de guia. Outros pontos turísticos procurados no município são as cavernas Brejão, Pedra Rica e Salobro, e os variados tipos de paisagens da região, como nascentes, cânions, chapadões e vales (SANTOS & MOSCOSO, 2012). Dentre os municípios estudados é o único que não está entre a lista de destinos ecoturística do estado de Goiás (AGENCIA ESTADUAL DE TURISMO DE GOIÁS, 2014).

Alto Paraíso de Goiás

O município de Alto Paraíso de Goiás é limitado pelos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma, São João da Aliança, Niquelândia e Colinas do Sul. Assim como os outros municípios, em sua origem também era parte de Cavalcante e sua atividade inicial era a mineração. O município foi emancipado em 1954, possui 2.593,904 km²(Figura 11) e densidade demográfica de 2,65 hab./km². Em 2016 teve população estimada de 7.454 habitantes (IBGE, 2016).



Figura 11: Limites do município de Alto Paraíso de Goiás. Fonte: IMB, 2010. Alterado pela autora.

Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O município apresenta IDHM de 0,713, considerado alto (0,70 a 0,79) na faixa de Desenvolvimento Humano (Tabela 9). Seu IDHM é próximo ao de Goiás e Brasil (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010). Entre 1991 e 2000 o IDHM cresceu a taxa de 33,64%; já entre 2000 e 2010 a taxa de crescimento diminuiu, alcançando 24,65%. A dimensão que mais se destacou ao longo dos anos de 1991 e 2010 foi a educação. Alto Paraíso de Goiás ocupa a posição de número 1514 entre os 5565 municípios brasileiros (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

Tabela 9: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Alto Paraíso de Goiás – GO.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,206	0,371	0,611
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	24,91	36,61	53,3
% de 5 a 6 anos na escola	20,82	72,2	91,23
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	26,88	49,98	78,66
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	11,18	18,52	55,77
% de 18 a 20 anos com médio completo	15,78	8,91	35,97
IDHM Longevidade	0,687	0,787	0,819
Esperança de vida ao nascer	66,2	72,2	74,16
IDHM Renda	0,555	0,64	0,723
Renda per capita (em R\$)	253,57	428,31	719,11

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Dados comerciais atuais

Em 2014 o número de empresas atuantes no município era de 280, quantidade menor que dos quatro anos anteriores (IBGE, 2016). Sua rede de serviços turísticos é ampla se comparada aos outros municípios estudados, com aproximadamente 3500 leitos, distribuídos em 78 diferentes hotéis, pousadas e *campings*; além de 52 bares, restaurantes e pizzarias (PREFEITURA DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, 2013).

Atividades desenvolvidas

As categorias com maiores estoques de emprego em 2011 eram de professor do ensino básico, trabalhador do serviço de limpeza e conservação de áreas públicas. As atividades econômicas com maior número de empregos formais, neste mesmo ano, eram de Serviços e Administração Pública (Tabela 10) (MTE, 2012).

Tabela 10: Empregos formais por setor em 2011 no município de Alto Paraíso de Goiás.

Nº de empregos formais por setor em 31 de dez. de 2011	
Indústria de transporte	15
Extrativa mineral	-
Construção Civil	2
Comércio	128
Serviços	313
Adm. Pública	327
Agropecuária	207

Fonte: MTE Ministério do Trabalho e Emprego (2012).

Em 2013 o produto interno bruto do município era, em grande parte, obtido pelos “Serviços 1”, que não incluem a administração e serviços públicos (Figura 12) (IBGE, 2013). O número de agricultores familiares ativos no município e cadastrados no PRONAF é de 214

produtores (SPOA/CGMI, 2016). Alto Paraíso de Goiás possui três feiras de produtores organizadas por diferentes associações, e uma das feiras possui 36 produtores cadastrados.

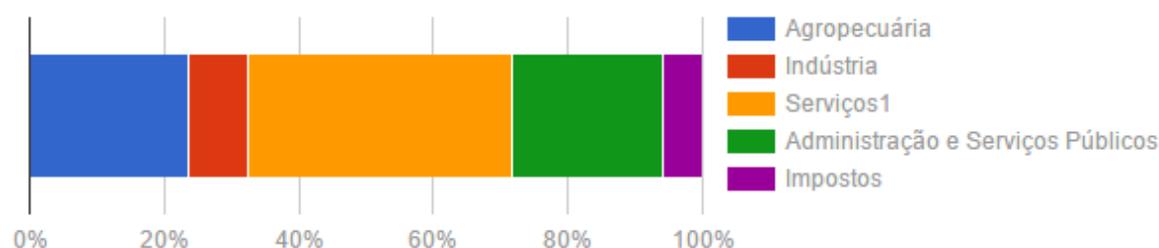


Figura 12: Produto interno bruto do município de Alto Paraíso de Goiás em 2013. Fonte: IBGE, 2013.

Atividades turísticas

As trilhas ecológicas com cachoeiras, saltos, mirantes e observação da fauna são as principais atrações turísticas do município de Alto Paraíso de Goiás (SALGADO *et al*, 2014). O site oficial da prefeitura cita o Parque Nacional e outros 40 diferentes atrativos como cachoeiras, trilhas e mirantes (PREFEITURA DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, 2013). O atrativo mais procurado na região é o PNCV. Outros com grande divulgação são o Vale da Lua, complexo Almécegas, Raizama, Cachoeira Loquinhas, e a travessia do Vale dos Macacos e Macaquinhos (ICMBIO, 2009).

Coleta de Dados

Coletei os indicadores socioeconômicos dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e Alto Paraíso de Goiás por meio de pesquisas de dados secundários em institutos como IBGE, PNUD, INEP, Instituto Estadual de Desenvolvimento Econômico Social, IPEA, DATASUS, IMB, técnicos e pesquisadores (artigos).

Elaborei um questionário (APÊNDICE 1) visando entender as características socioeconômicas e as perspectivas locais sobre a influência da ampliação do PNCV para cada município. As questões eram abertas e fechadas com dados ordinais e nominais, seguindo as recomendações de FERBER (1974) e MILLER (1977). Adaptei as perguntas e a linguagem aos entrevistados, e não fiz uso de perguntas longas ou ambíguas, de maneira que o preenchimento foi fácil e rápido, também explorei as variáveis de atributos, conhecimento e atitudes (PARASURAMAN, 1986). Para algumas das questões fechadas a escala de Likert (NOGUEIRA, 2002) se mostrou mais adequada, uma vez que consiste de uma sequência de afirmações a respeito de um determinado assunto.

Nas questões de análise da influência da ampliação do PNCV sobre os municípios, investiguei as variáveis do grau de influência que ampliação do PNCV poderia ter sobre as mudanças na quantidade de turistas que visitam cada município, mudanças social e estrutural na cidade sede de cada município, e mudanças na atividade econômica exercida por cada entrevistado. Categorizei a escala utilizada na análise de influência entre “nada, muito pouco, pouco, médio, um pouco mais, mais e muito mais”. As categorias foram reagrupadas em apenas cinco classes podendo ser negativas ou positivas em relação à influência (Tabela 11).

Tabela 11: Escala e classificação de categorias de respostas.

Categorias	Escala
Mais, Muito mais	5
Pouco mais	4
Médio	3

Pouco	2
Nada, Muito pouco	1
Nada, Muito pouco	-1
Pouco	-2
Médio	-3
Pouco mais	-4
Mais, Muito mais	-5

Utilizei o método de populações finitas de GIL (1988) para definir o tamanho amostral mínimo da quantidade de questionários que deveriam ser aplicados. Sendo:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n = tamanho da amostra;

σ^2 = nível de confiança;

p = porcentagem do fenômeno verificado;

q = tamanho da população (100 – p);

e^2 = erro admissível

Estabeleci que aplicaria o questionário para uma média de 10% da população finita, com um nível de confiança de 95%, admitindo um erro de até 5% em cada um dos municípios. A população finita variou de acordo com cada município (Tabela 12), utilizei o número da soma de empresas atuantes em cada município (IBGE, 2016) e a quantidade de produtores rurais que tinham participação nas feiras. No caso de Cavalcante o número de comércios informais foi levado em consideração, mas estava de acordo com os dados mais atuais do IBGE, e em Nova Roma, onde não havia feira do produtor, se considerou apenas dados das empresas como a população finita.

Tabela 12: Populações finitas e quantidades de questionários necessários para cada município.

	Teresina de Goiás (IDHM 0,661)	Alto Paraíso Goiás (IDHM 0,713)	Nova Roma (IDHM 0,634)	Cavalcante (IDHM 0,584)
População Finita	36	316	14	87
Questionários necessários	29	96	13	54

Apliquei questionários aos comerciantes gerais (drogarias, padarias, restaurantes, bares, lojas de roupas entre outros) comerciantes turísticos (pousadas, hotéis, hostels, *camping*, agência de turismo e guias) e pequenos produtores (na maioria dos casos vendedores de feira). Busquei aplicar os questionários no máximo de áreas comerciais de cada cidade, para se evitar tendência de dados de uma mesma localidade. No caso de Nova Roma, onde não havia feira do produtor, apliquei o questionário aos produtores que se encontravam na cidade por motivos aleatórios.

Visando complementar as informações obtidas, coletei depoimentos (APÊNDICE 2) e autorizações de uso destes (ANEXO 1) de, no mínimo, duas autoridades públicas de cada município,

normalmente secretários do Meio Ambiente ou autoridade pública que poderia se posicionar em relação à temática da ampliação do PNCV e a percepção da influência deste sobre o município.

O depoimento é constituído por três questões e sua estimativa de duração foi de 15 a 30 minutos. Foi elaborado para obter a resposta da pergunta sobre como a ampliação do PNCV poderia ou não trazer incrementos econômicos para os municípios estudados. Escolhi autoridades públicas das prefeituras para representar a visão mais oficial de cada município em relação à influência da ampliação do PNCV. Apliquei os questionários e depoimentos em saídas de campo no segundo semestre de 2016, as quais tiveram duração máxima de três dias (Tabela 13).

Tabela 13: Quantidade e duração de saídas de campo por município.

Alto Paraíso Goiás (IDHM 0,713)	Teresina de Goiás (IDHM 0,661)	Nova Roma (IDHM 0,634)	Cavalcante (IDHM 0,584)
2 saídas (dois dias)	2 saídas (dois dias)	1 saída (três dias)	3 saídas (dois dias)

Utilizei o modelo de Regressão Linear para testar a presença da relação funcional entre uma variável dependente com uma ou mais variáveis independentes (WOOLDRIDGE, 2006), com intuito de saber se existe relação entre o índice de desenvolvimento social do município, IDHM, e a média das respostas. Sendo:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + u$$

Onde:

Y_i = valor observado para a variável dependente Y no i-ésimo nível da variável independente X;

β_0 = constante de regressão. Expressa o cruzamento da reta com o eixo dos Y;

β_1 = parâmetro de inclinação. Expressa a mudança de Y em função da variação de uma unidade da variável X;

X_i = i-ésimo nível da variável independente X;

u = erro ou perturbação, representa outros fatores além de X que interferem em Y.

A distância dos pontos entre a reta estimada e as variáveis correlacionadas deve ser a menor possível. Para isso fiz uso do Método dos Mínimos Quadrados (MMQ) e assim o modelo escolhido tem o menor número de erros possíveis. Como informação auxiliar ao modelo de regressão, utilizei o coeficiente de determinação r^2 , que verifica se o modelo utilizado descreve eficientemente a relação entre as variáveis. O coeficiente de determinação varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo a 1, maior a proporção da variação da relação é explicada pela equação (WOOLDRIDGE, 2006). Este coeficiente é obtido pela equação:

$$R^2 = \frac{SQReg}{SQTotal}$$

A diferença ou nulidade das respostas das influências entre municípios foi testada com o teste não paramétrico da mediana (SIEGEL & CASTELLAN, 1998), o qual comprova se duas amostras independentes pertencem a uma mesma população com o mesmo valor da mediana. Como a mediana é a medida central que separa as pontuações de dois grupos, 50% superiores e 50% inferiores a mediana, o teste da mediana pode ser expresso pela fórmula a seguir:

$$x^2 = \frac{N \left(|AD - BC| - \frac{N}{2} \right)^2}{(A+B)(C+D)(A+C)(B+D)}$$

Onde:

N= A+B+C+D;

A= escores acima da mediana combinada da 1ª amostra;

C = escores abaixo da mediana combinada da 1ª amostra;

B= escores acima da mediana combinada da 2ª amostra;

D= escores abaixo da mediana combinada da 2ª amostra;

Para todas as situações foi utilizada probabilidade inferior a 5% ($p = 0,05$) para rejeitar a hipótese nula. As análises foram realizadas fazendo uso dos pacotes estatísticos PAST (HAMMER *et al*, 2001) e BioEstat 5.3 (AYRES *et al*, 2007).

Análise dos dados

A quantidade de questionários necessária por município não foi alcançada para todos. Em alguns municípios havia menos ou mais comércios que a quantidade de empresas cadastradas por município e em outros houve encontrei muitos estabelecimentos fechados, por isso o número de questionários variou (Tabela 14).

Tabela 14: Quantidades de questionários necessários e coletados por município.

	Teresina de Goiás (IDHM 0,661)	Alto Paraíso Goiás (IDHM 0,713)	Nova Roma (IDHM 0,634)	Cavalcante (IDHM 0,584)
Questionários necessários	29	96	13	54
Questionários coletados	27	93	22	44

Na análise dos questionários das variáveis dicotômicas (sim/não) as estatísticas de população utilizadas foram:

Proporção:
$$P_Y = \left(\sum_{i=1}^N Y_i \right) / N$$

Variância de uma proporção:
$$\sigma_Y^2 = P_Y(1 - P_Y)$$

Onde: Y_i : variável dicotômica (valor 1 ou 0);

N: tamanho da população.

Utilizei para correção dos erros padrões de população finita, fcp (LEVY & LEMESHOW, 1999), o termo $\sqrt{(N-n)/N}$, onde n corresponde a amostra aleatória de tamanho n.

Realizei as análises das questões nominais a partir da determinação da proporção de respostas em cada categoria escolhida. O uso das propriedades da distribuição multinomial determinou os erros padrões das proporções, e associações entre variáveis de escalas nominais,

feitas com uso de tabelas multimodo (SIEGEL & CASTELLAN, 1998). Na análise dos depoimentos transcrevi os relatos mais relevantes para o estudo, de forma clara e compreensível, buscando compreender as singularidades e percepção de cada representante municipal em relação a ampliação do PNCV.

Retirei respostas como “não sei ou prefiro não opinar” da análise de regressão linear com índices sócios econômicos. No entanto levei em consideração como possíveis indicadores para outras respostas, como falta de informação, recente chegada à cidade ou outros aspectos. Empreendi pergunta adicional na cidade de Nova Roma, devido a distancia do parque e ao fato de não possuir atualmente nenhuma área dentro ou no entorno do PNCV. O intuito foi saber diretamente o grau de conhecimento das pessoas em relação à ampliação do PNCV.

Resultados e Discussão

Questionário – Perguntas referentes a questões socioeconômicas e turísticas

Demanda atendida por atividade econômica

Em todos os municípios apliquei a maior quantidade de questionários no comércio em geral. Em Cavalcante mais de 70% do comércio geral afirmou atender completamente a demanda, enquanto apenas 20% do comércio turístico afirmou o mesmo, apesar de ser a cidade com maior comércio turístico depois de Alto Paraíso de Goiás (Tabela 15).

Em Teresina de Goiás, com exceção de duas pessoas que não se pronunciaram 85% do comércio em geral alegou atender completamente a demanda. Apesar da proximidade com Cavalcante, Teresina de Goiás possui pequena quantidade de estabelecimentos voltados ao turismo, um hotel, duas pousadas e um *camping* estão em funcionamento, porém o *camping* nunca foi utilizado. O hotel e a pousada da cidade relataram falta de vagas em período de festas do município. Durante conversa os comerciantes relataram a previsão de abertura de um novo hotel para o final de 2016. Nenhum dos produtores relatou atender completamente sua demanda, no entanto afirmaram que a falta de produtos devido à alta procura ocorre pouco ou raramente.

No município de Nova Roma 87,67% do comércio geral afirmou conseguir atender completamente a demanda. O comércio turístico é pequeno, apenas dois hotéis, e alguns comerciantes relataram falta de turistas na cidade. Os produtores vendiam em sua maioria gado e produtos derivados, com exceção de dois que vendiam hortaliças e milho. Em Alto Paraíso apenas 50,94% do comércio geral afirmou atender completamente a demanda, apesar de ser o município com o maior número de comércios, no caso do comércio turístico apenas 25% afirmou atender completamente a demanda.

Tabela 15: Quantidade de questionários aplicados por atividade econômica e porcentagem de demanda totalmente atendida em cada município.

		Comércio Turístico	Comércio Geral	Produtores
Cavalcante	Quant. Questionários	14	22	8
	Demanda totalmente atendida	20%	72%	75%
Teresina de Goiás	Quant. Questionários	3	20	4
	Demanda totalmente atendida	0%	85%	0%
Nova Roma	Quant. Questionários	2	17	5
	Demanda totalmente atendida	50%	87,67%	40%

Alto Paraíso de Goiás	Quant. Questionários	28	53	13
	Demanda totalmente atendida	25%	50,94%	53,85%

Perfil do consumidor por município

Alto Paraíso de Goiás foi o único município no qual a maioria de seus comerciantes e produtores afirmaram ser o turista o principal consumidor de seus serviços e produtos. A categoria “dividida” se refere à quantidade igual de turistas e moradores como principais consumidores. Os comércios turísticos de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante não apresentaram 100% de seus consumidores turistas porque alguns ofereciam outros serviços além de hospedagem os quais a população utilizava (Tabela 16).

Nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Nova Roma seus comerciantes e produtores afirmaram em maioria ser o morador local seu principal consumidor de serviços e produtos. Em Nova Roma os hotéis alegaram que seus consumidores são em maioria caminhoneiros, vendedores, donos de empresas sendo pouca ou quase nenhuma a quantidade de turistas que vem com o intuito de conhecer a região.

Tabela 16: Atividades econômicas e principais consumidores dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e Alto Paraíso de Goiás.

		Comércio Turístico	Comércio Geral	Produtores
Cavalcante	Turista	86,66%	18,18%	25%
	Morador		68,18%	50%
	Dividido	13,33%	13,64%	25%
Teresina de Goiás	Turista	100%	5%	25%
	Morador		85%	75%
	Dividido		10%	
Nova Roma	Turista	*100%		
	Morador		100%	100%
	Dividido			
Alto Paraíso de Goiás	Turista	96,42%	40,38%	30,77%
	Morador		23,08%	38,46%
	Dividido	3,57%	36,54%	30,77%

*em maioria caminhoneiros, vendedores e donos de empresa.

Tempo de funcionamento da atividade econômica exercida

Os municípios com mais estabelecimentos turísticos foram os quais entrevistei as maiores quantidades de atividades econômicas recentes, ou seja, de no máximo um ano e meio de funcionamento (Tabela 17). Em Alto Paraíso de Goiás a maioria das atividades econômicas entrevistadas funcionava a mais de dois anos, no entanto foi o município com maior número de comércios recentes, sendo ao total 22 dentre comércios turísticos e outros. No município de Cavalcante a maioria das atividades funcionava a mais de dois anos, no entanto mais de 25% do comércio geral era recente e mais de 35% dos produtores começaram a vender seus produtos há no máximo um ano e meio, sendo ao total nove recentes comércios e produtores.

Teresina de Goiás apresentou pequena quantidade de atividades econômicas recentes, apenas 10% do comércio geral funcionava a no máximo um ano e meio. Todas as outras atividades econômicas funcionavam há no mínimo dois anos. Ao total foram entrevistados apenas dois

comércios recentes, dentre o comércio geral. O município de Nova Roma apresentou pequena quantidade de comércios recentes, apenas 20% do comércio em geral tem até um ano e meio de funcionamento, e os hotéis estão em atividade há mais de 30 anos. Ao total foram apenas três comércios recentes, todos relacionados à alimentação.

Tabela 17: Atividades econômicas e tempo de funcionamento dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma, Alto Paraíso de Goiás.

		Comércio Turístico	Comércio Geral	Produtores
Cavalcante	Máx. 1,5 anos		27,77%	37,50%
	2 - 10 anos	46,66%	45,45%	12,50%
	Mais de 10 anos	53,34%	26,78%	50%
Teresina de Goiás	Máx. 1,5 anos		10%	
	2 - 10 anos	66,67%	60%	75%
	Mais de 10 anos	33,33%	30%	25%
Nova Roma	Máx. 1,5 anos		20%	
	2 - 10 anos		33,33%	20%
	Mais de 10 anos	100%	46,67%	80%
Alto Paraíso de Goiás	Máx. 1,5 anos	25,93%	28,30%	7,69%
	2 - 10 anos	40,74%	41,51%	53,85%
	Mais de 10 anos	33,33%	30,19%	38,46%

Progresso das atividades econômicas nos últimos anos

No município de Cavalcante 73,33% dos empreendimentos turísticos relataram crescimento nos últimos anos. Os motivos mais frequentemente citados para esse crescimento foram a maior divulgação e maior quantidade de turistas na cidade. Mais da metade do comércio geral, 68,18% relatou crescimento, os motivos mais citados foram aumento do turismo e quantidade de pessoas. Outros comerciantes relataram não crescimento de vendas devido à falta de infraestrutura e bancos na cidade, e a crise econômica. Dentre os produtores, 75% relataram nenhum crescimento, os motivos mais frequentes foram crise econômica, falta de incentivo, e pequena quantidade de pessoas.

Em Teresina de Goiás 75% dos produtores afirmaram falta de crescimento por motivos como crise econômica, falta de dinheiro e baixa variedade de produtos. O hotel e pousada questionados afirmaram crescimento devido ao desenvolvimento da cidade e maior quantidade de festas, e o *camping* afirmou que a falta de divulgação e sua distância em relação a cidade impediram seu crescimento. No comércio geral, 50% afirmaram crescimento nos últimos anos, os motivos foram variados sendo alguns deles bom atendimento, maior crescimento e movimento na cidade, maior demanda dos clientes, consórcios com a prefeitura e aumento da população, enquanto os outros 50% citaram crise econômica, falta de dinheiro, emprego e banco na cidade, alta concorrência e falta de divulgação, como motivos para o não crescimento de suas atividades econômicas.

No município de Nova Roma os hotéis relataram crescimento nos últimos anos devido ao aumento de infraestrutura e quantidade de viajantes. Dentre o comércio geral, 66,67% relatou crescimento nos últimos anos, os motivos citados foram qualidade do produto oferecido, fidelidade dos clientes, mais opções de produtos e serviços, e demanda por parte dos consumidores. Outros

20% do comércio geral relatou falta de crescimento devido à diminuição da população local, aumento de concorrência e falta de movimento na cidade. Dentre os produtores, três relataram crescimento de vendas nos últimos anos devido a pouca concorrência e melhorias das estradas de acesso, os outros dois alegaram estabilidade das vendas devido à quantidade de produtos gerados e a falta de consumo.

Em Alto Paraíso de Goiás 71,43% dos empreendimentos turísticos relataram crescimento nos últimos anos. Os motivos mais frequentemente citados para esse crescimento foram a maior divulgação da cidade, mais infraestrutura, maior investimento e aumento do número de turistas. Mais de 80% do comércio geral relatou crescimento, os motivos mais relatados foram o aumento do turismo e número de pessoas. Dentre os produtores, 61,53% relataram crescimento de vendas nos últimos anos devido à atratividade da feira, maior quantidade de pessoas e parcerias realizadas com empresas. Outros produtores alegaram não crescimento de vendas devido à crise econômica e ao turismo estagnado.

Melhorias na cidade nos últimos anos

Cavalcante foi o município que menos relatou melhoria na cidade, com exceção de duas pessoas que foram imparciais, 76,19% afirmaram nenhuma ou muito poucas mudanças nos últimos anos. Em Teresina de Goiás mais de 50% das pessoas afirmaram nenhuma ou muito poucas mudanças, no entanto 22,22% afirmaram elevado grau de mudanças no mesmo período. Nova Roma foi o município que mais citou melhorias na cidade, 36,36% das pessoas afirmaram muita ou muito mais mudanças em favor de turista e moradores na cidade. Em Alto Paraíso de Goiás 48,39% das pessoas afirmaram nenhuma ou muito poucas mudanças, em contraste com os mais de 19% que relataram muito ou muito mais mudanças nos últimos anos (Tabela 18).

Tabela 18: Porcentagem de opiniões sobre o grau de mudanças nos últimos anos em favor dos moradores e turistas nas cidades sede de cada município.

	Cavalcante	Teresina de Goiás	Nova Roma	Alto Paraíso de Goiás
Nada ou Muito pouca	76,19%	51,58%	27,27%	48,39%
Pouca	4,76%	3,70%	13,64%	8,60%
Média	4,76%	11,11%	9,09%	15,05%
Pouco mais		11,11%	13,64%	8,60%
Mais ou Muito mais	14,29%	22,22%	36,36%	19,35%

Potencial turístico dos municípios

Cavalcante

O atrativo natural mais citado no município foi a cachoeira de Santa Bárbara, o que corrobora com o fato de ser o ponto turístico mais conhecido e visitado de Cavalcante. Quando questionados, 18,18% dos entrevistados citaram apenas a cachoeira de Santa Bárbara como o atrativo natural mais importante, 54,54% citaram além de Santa Bárbara outros atrativos, e 13,63% citaram apenas outros atrativos. A preocupação sobre a capacidade de suporte da cachoeira Santa Bárbara também foi relatada. Os entrevistados indicaram dez distintos atrativos naturais do município.

Teresina de Goiás

Quase 80% dos entrevistados citaram a cachoeira Poço Encantado como um dos principais atrativos turísticos do município, 37,03% das pessoas citaram apenas o Poço Encantado como principal atrativo. Outras cachoeiras e mirantes foram citados por 44,44% dos entrevistados e

11,11% não sabiam de nenhum tipo de atrativo natural no município. Os entrevistados indicaram oito diferentes atrativos naturais pertencentes ao município.

Nova Roma

Menos de 30% das pessoas citaram apenas um ponto turístico, 36,36% citaram dois, 22,73% citaram três ou mais, 9,09% não souberam responder. Os atrativos mais citados foram respectivamente, Toca do Macaco (pequeno poço de água corrente próximo à cidade), por 59,09%, e Cachoeira da Forquilha, por 50%. Outros atrativos naturais, como grutas e cavernas, foram citados, mas em pequena quantidade. Estudos sobre a região afirmam haver quantidade elevada de nascentes, afluentes de rios e rochas calcárias que favorecem a formação de grutas e cavernas (RANIERI, 2013). Os entrevistados indicaram dez diferentes atrativos naturais pertencentes ao município.

Alto Paraíso de Goiás

Os atrativos turísticos do município, segundo os questionados, são variados. Cerca de 39% citou mais de dois pontos turísticos naturais, 26,88% citaram dois pontos turísticos e 31,18% citou apenas um ponto turístico. Os entrevistados indicaram vinte e um diferentes atrativos naturais. Os mais citados foram respectivamente, o PNCV, 38,71%, a Catarata ou rio dos Couros, 34,41%, e o Vale da Lua, 24,73%. A cachoeira Santa Barbara, do município de Cavalcante, e Poço Encantado, do município de Teresina de Goiás, também foram citados nesta ordem por 13,98% e 11,83% das pessoas. Apenas um dos entrevistados não sabia responder à pergunta e outros dois não citaram nenhuma cachoeira em específico.

Depoimentos – Perspectivas sobre influência da ampliação do PNCV em relação aos municípios

Cavalcante

O secretário do Meio Ambiente antigo secretário da Agricultura, Sr. Ricardo Alexandre Garcia Galvão, mora no município de Cavalcante há 16 anos, é natural de Brasília, está cursando nível superior e tem 40 anos. O secretário de Turismo, Sr. José Ronaldo, mora no município há 14 anos, é natural de Minas Gerais, cursou diversos cursos de nível técnico e tem 64 anos.

Teresina de Goiás

O município não possui Secretário de Meio Ambiente. Como substituto entrevistei o Secretário de Transporte que havia participado das reuniões sobre a ampliação do PNCV ocorridas na região. O Sr. Valtenes Claudine Rezende, Secretário de Transporte, mora no município de Teresina de Goiás há 10 anos, é natural de Paraiguara, Goiás, e tem 54 anos. O secretário de Turismo, Sr. Jose Lino da Silva, mora no município há 25 anos, é natural de Governador Valadares, Minas Gerais, e tem 64 anos.

Alto Paraíso de Goiás

O secretário de Meio Ambiente, Sr. Jair Junior, mora no município há quatro anos, é natural de Goiânia - GO e tem 56 anos. A Secretária do Turismo estava em período de licença maternidade, por isso o depoimento foi realizado com o Secretário Interino de Turismo, Sr. Agnaldo dos Santos Araújo, o qual residiu no município de Alto Paraíso de Goiás praticamente a vida toda, é natural de Brasília, cursou nível superior e tem 26 anos. Os depoimentos seguem nas Tabelas 19, 20 e 21.

Tabela 19: Depoimentos dos secretários dos municípios a pergunta: Quais são os principais consumidores do comércio? Como é o perfil desse consumidor?

Ricardo Alexandre G. Galvão Secretário do Meio Ambiente Cavalcante	“O principal consumidor do comércio são os moradores, normalmente turistas consomem dentro da pousada.”
José Ronaldo Secretário de Turismo Cavalcante	“O maior consumidor são os moradores. No entanto, o segundo principal consumidor são os turistas, não existe outro movimento comercial no território. O observatório para turista sustentável foi implantado duas vezes (2014 e 2008) pelo Centro de Excelência em Turismo da UnB, e constatou que os principais consumidores são respectivamente brasilienses e cariocas. É importante considerar que depois desses estudos a visitação no PNCV no ano passado, cresceu 53%, e a visitação no município cresceu paralelamente a isso independente de não ter acesso direto ao parque. Em 2014 foram recebidos no Engenho 2, 25000 visitantes.”
Valtenes Claudine Rezende Secretário de Transporte Teresina de Goiás	“O perfil de consumidores do comércio é uma mistura entre turistas e moradores. No entanto, quem consome mais a princípio são os moradores. O turismo na região ainda é bem inicial, estamos na expectativa de que melhore.”
Jose Lino da Silva Secretário de Turismo Teresina de Goiás	“O perfil de consumidores do comércio são moradores, o turismo é pouco expressivo no município.”
Jair Junior Secretário do Meio Ambiente Alto Paraíso de Goiás	“Existe um mercado local que atende à população moradora, mas a vocação econômica do município é turística. Atualmente o município vive para atender o turista, e muito pouco para atender a população local.”
Agnaldo dos Santos Araujo Secretário interino de Turismo Alto Paraíso de Goiás	“Existem três grandes consumidores, brasilienses, paulistas e cariocas, em média nessa ordem, esses são os maiores consumidores. Destes, mais de 50% são homens, têm em torno de 19 a 30 anos e se identificam com ecoturismo e turismo de aventura. De maneira geral o perfil desse consumidor é de turista. “

Tabela 20: Depoimentos dos secretários dos municípios a pergunta: A ampliação do parque influenciará no comércio do município?

Ricardo Alexandre Garcia Galvão Secretário do Meio Ambiente de Cavalcante	“Uma influência positiva seria a de maior quantidade de áreas de pesquisa trazendo assim mais pessoas ao município para conhecer. Por outro lado uma influência negativa seria a desapropriação de pessoas que estão dentro das áreas de possível ampliação. A ampliação não faria com que o comércio aumentasse em quantidade, mas poderia trazer mais pessoas à cidade e assim talvez ajudar aos comércios que já existem.”
José Ronaldo Secretário de Turismo Cavalcante	“Irá influenciar radicalmente, nos aqui ainda não nos beneficiamos diretamente do PNCV apesar de termos 67% da área atual do parque, a falta de acesso ao parque atrapalha bastante o comércio e a ampliação pode ajudar. Tenho expectativa que possa contribuir também na percepção que as pessoas têm sobre unidades de conservação, a proximidade do parque com as cidade pode ajudar.”
Valtenes Claudine Rezende Secretário de Transporte Teresina de Goiás	“A ampliação não afetaria o comércio diretamente, mas sim as pessoas que moram na região de possível ampliação.
Jose Lino da Silva Secretário de Turismo Teresina de Goiás	Influenciaria negativamente o comércio de Teresina, as pessoas que seriam desalojadas devido à ampliação perderiam o poder de compra, hotéis e afins não seriam estimulados ao crescimento. A ampliação do PNCV não teria nenhuma influência e efeito positivo no município de Teresina de

	Goiás.”
Jair Junior Secretário do Meio Ambiente Alto Paraíso de Goiás	“A área onde está sendo discutida a ampliação é uma área de difícil acesso, e acessibilidade é um fator que pode comprometer essa influência. No primeiro momento seria preciso um trabalho para assegurar infraestrutura, rodovias, acessibilidade e para isso elaborar plano de manejo para essa nova área, assim mapear os atrativos, formatar trilhas de acesso para área, e até que todo esse processo seja realizado, o que demoraria anos, o município não receberia benefício nenhum.”
Agnaldo dos Santos Araujo Secretário interino de Turismo Alto Paraíso de Goiás	“Levando em consideração que hoje a renda no município é quase 100% proveniente de turista, e que o comércio depende dessa visitação, acredito que ampliação do PNCV seria positiva olhando pelo seguinte aspecto: os turistas vêm uma vez ficam muitos dias e dificilmente voltam porque acreditam já ter conhecido tudo. Neste caso, se o parque sofrer ampliação, aumentar� também a opção de atrativos e competitividade. Seria possível fazer com que o público que o município já tem, possa sempre regressar, sem se preocupar em sempre renová-lo. Além de trazer novas atrações, a ampliação traria um novo produto que seriam as travessias, que inclusive são bastante demandadas pelos nossos turistas.”

Tabela 21: Depoimentos dos secretários dos municípios a pergunta: Como as principais atividades econômicas do município serão afetadas pela ampliação?

Ricardo Alexandre G. Galvão Secretário do Meio Ambiente Cavalcante	<p>“As principais atividades econômicas do município são pecuária, hotelaria, turismo, serviç�os privados e pequenos produtores. A produção do gado é a maior atividade econômica, e será afetada significativamente, pois na região do parque se cria muito gado, a ampliação poderia diminuir a área de produção e tender a uma diminuição de renda desses produtores. Na região de abrangência do parque se produz muito pouco alimento, mas ainda assim se produz, e ampliação poderia vir a trazer um impacto na produção. O município não tem muitas lavouras, em sua maioria são pequenos produtores, acredito que são bem poucos e não estou certo quanto sua localização próxima ao parque, por isso não sofreriam impactos muito grande.</p> <p>Para o comércio em geral o impacto seria positivo. A ampliação atrairia mais turistas e pesquisadores, que veriam o parque com novos olhos, o fluxo de pessoas aumentaria.</p> <p>A ampliação não influenciaria os serviç�os públicos, mas temos o ICMS ecológico que é repassado pelo governo do estado.”</p>
---	--

<p>José Ronaldo Secretário de Turismo Cavalcante</p>	<p>“A maior fonte de renda no município é aposentadoria. O setor produtivo mais importante é a pecuária. Só temos uma lavoura em Cavalcante. A ampliação pode afetar algumas áreas negativamente, mas em conjunto com o incremento de turismo poderá provocar oportunidades para os produtores rurais. O caso da comunidade quilombola, Engenho, serve como exemplo, a qual foi incentivada pelo turismo a aumentar sua produção para atender à demanda de turistas, que se alimentam nos restaurantes locais. Outro aspecto importante sobre o turismo é o fato de trazer pessoas do mundo inteiro, e estes trazem informação, tecnologia e mercado. Cavalcante não tem nenhum potencial para commodities, mas sim para fruticultura, e isso, junto com esses outros fatores, pode ser também um potencial para os pequenos produtores.</p> <p>A ampliação pode contribuir na percepção de um novo vetor de desenvolvimento, que pode ser preservado como a tradição, cultura, nossos saberes e muitos outros.</p> <p>A economia do município hoje tem como base o turismo, por isso a ampliação e seu incremento turístico influenciariam o comércio positivamente. A ampliação trará desenvolvimento econômico, e serviços privados também seriam influenciados positivamente, por isso o grande interesse em torno das oportunidades turísticas.</p> <p>No entanto, se não ocorrer um interesse e orientação maior por parte do estado, o turismo pode crescer distorcidamente.”</p>
<p>Valtenes Claudine Rezende Secretário de Transporte Teresina de Goiás</p>	<p>“Os principais tipos de renda do município são prefeitura, comércio, aposentadoria, bolsa família, pecuária e pequenos produtores. Caso ocorresse a ampliação o comércio não seria afetado diretamente, a ampliação do parque não influenciaria na quantidade de turistas que visitaria a cidade. Os pequenos produtores que estão dentro da área de ampliação do parque seriam afetados negativamente, pois seriam deslocados do local de trabalho, já os pequenos produtores que não se encontram dentro da área de ampliação não seriam afetados em nada. A pecuária seria diretamente afetada. De maneira geral a ampliação é positiva em relação à preservação da água na região, e negativa em relação ao pequeno agricultor não ser retirado de suas terras e não ser indenizado corretamente.”</p>
<p>Jose Lino da Silva Secretário de Turismo Teresina de Goiás</p>	<p>“Os principais tipos de atividade que traz renda do município são prefeitura, empregos do estado, recursos sociais e atividades de subsistência, como pequenos produtores. A ampliação não afetaria os empregados públicos do município. No entanto, essa é uma parcela ínfima da população. Os pequenos produtores seriam afetados negativamente, pois uma vez desapropriados, viriam para cidade e não teriam qualificações para trabalhar, além de, em grande maioria, não possuírem títulos de terra, ou seja, não seriam indenizados pela sua terra. O comércio seria afetado negativamente, pois menos pessoas teriam poder de compra, uma vez que não teriam área para produzir sua renda. Teresina de Goiás é uma cidade de passagem, ainda esta dando os primeiros passos em relação ao turismo. “</p>

<p style="text-align: center;">Jair Junior Secretário do Meio Ambiente Alto Paraíso de Goiás</p>	<p>“A produção agrícola e pecuária existe, mas é em pouca quantidade, não é o foco da prefeitura, mas existe. As pessoas que estão em áreas reivindicadas pelo governo praticam agricultura de subsistência, criações de animais, e uma vez que fossem removidas, teriam que pensar em alternativas de onde realocar esses animais e como sobreviver. A ampliação ainda que não muito grande teria um impacto negativo principalmente sobre essa agricultura de subsistência.</p> <p>O comércio em geral, hotelaria e serviços ao turista seriam beneficiados. Inclusive esses são os setores na economia que mais cresceram, o município já tem uma economia que vive em função dessas atividades, turísticas e ambientais, e beneficiaria esses estabelecimentos comerciais, mas ainda não favorece de uma forma concreta o município, pois não temos um sistema tributário que se beneficia da prestação de serviços, e com isso não conseguimos retornar tributos que poderiam ser revertidos em melhorias públicas.</p> <p>A ampliação também poderia levar a uma demanda maior dos serviços públicos, pois a quantidade de pessoas aumentaria além do tamanho da população flutuante, no caso os turistas, por isso o município precisa de uma contrapartida. Queremos um crescimento com sustentabilidade para o meio ambiente e pessoas as quais sejam simpatizantes desse processo e não adversários.”</p>
<p style="text-align: center;">Aginaldo dos Santos Araujo Secretário interino de Turismo Alto Paraíso de Goiás</p>	<p>“Atualmente o turismo movimenta quase 100% da economia, e nos últimos quatro anos a agricultura familiar tem crescido bastante.</p> <p>O turismo já tem crescido consideravelmente, aumentou 144% em três anos, só ano passado foram recebidas em média 256.000 pessoas durante todo o ano.</p> <p>Para o turismo especificamente, seria economicamente melhor, porque geraria novos atrativos, produtos e opções de visitação.</p> <p>No entanto, levando em consideração que muitas áreas particulares seriam desalojadas, e que grande parte delas tem produção de agricultura familiar bastante expressiva, não acredito ter uma influência positiva sobre esse aspecto, outro agravante é a grande quantidade de terras devolutas na região.</p> <p>Os serviços privados seriam afetados positivamente, aqui faltam pessoas para trabalhar, aumentando o numero de moradores, diminuiria a procura por trabalhador.</p> <p>Os serviços públicos também poderiam ser afetados, com a migração das pessoas desalojadas para a cidade. O município não esta preparado com os serviços básicos: saúde, limpeza da cidade, urbanismo e a própria moradia. Existe um número extremamente alto de pessoas que moram de aluguel, e mesmo pagando caro, muitas vezes é difícil de encontrar moradia. Acredito que o maior impacto seria com a moradia, produção de resíduos e serviços de coleta.</p> <p>Boa parte das pessoas que moram nesses possíveis locais desalojadas são idosos, então precisariam de serviços médicos, e a própria educação também seria afetada, pois as crianças teriam que se adaptar a um novo tipo de escola e realidade. Seria um impacto grande tanto para quem esta chegando quanto para quem esta aqui.”</p>

Nova Roma

O município não possui Secretaria de Meio Ambiente, e as Secretárias de Educação, Turismo e Esporte trabalham juntas. Não foi possível, em saída de campo, colher depoimento da atual Secretária de Educação, Turismo e Esporte. No entanto, em reunião com a atual prefeita do município, Sra. Miriam Leite São Jose Sampaio, e outras autoridades do estado, coletei a opinião do Superintendente do Desenvolvimento Agrário e Fundiário do Estado de Goiás, Sr. Warner de Sousa Barbosa, sobre a proposta de ampliação do PNCV.

De acordo com superintendente, o governo do estado de Goiás e municípios estão contra parte da atual proposta de ampliação. Admite a importância da questão ecológica e preservação da área de Nova Roma, que possui uma das maiores bacias hidrográficas da região a qual precisa ser preservada. No entanto, afirma que parte da área que está prevista para virar parque possui cerca de 90 famílias, das quais muitas não possuem título de terra adequado, e é nesta área que é contra a criação do parque.

Por isso busca, junto ao governo, um acordo que possa favorecer ambos os interessados. Propõe que parte da área prevista para ampliação, aquela com 90 famílias, seja transformada em área de Relevante Interesse Social e Ecológico, e que o resto das áreas se transformem em parque, uma vez que são áreas com poucas e espaçadas propriedades e de difícil acesso. Relatou também a falta de explanação da situação para os maiores interessados e afetados, os proprietários, por parte do ICMBIO e falta de diálogo para negociações.

De maneira geral não é contra a ampliação do parque, mas não concorda com a forma que está sendo feita, muitas famílias seriam deslocadas de maneira injusta uma vez que ainda não estão totalmente regularizadas. A mudança de parte da área de ampliação para área de relevante interesse social e ecológico pode ser uma solução plausível, pois as famílias não seriam deslocadas, mas viveriam segundo algumas restrições sem ser retiradas de suas terras.

Correlação entre Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em relação às diferentes posturas frente a ampliação do PNCV.

Cada município respondeu de uma forma distinta à perspectiva de influência da proposta de ampliação. Apesar de próximos, os municípios possuem particularidades que podem ter causado efeito sobre as respostas. Alto Paraíso de Goiás foi o município com maior número questionários aplicados e maior reconhecimento do PNCV como principal ponto turístico.

Cavalcante foi a cidade com atividades turísticas mais aparentes depois de Alto Paraíso. Grande parte do parque está dentro de seu território e há alguns anos está em discussão da abertura de um segundo portão de acesso ao parque, dentro da cidade de Cavalcante. Esses fatores podem ter levado ao fato de que 11,36% dos entrevistados confundissem a ampliação do parque com a abertura de portão de acesso, sendo as repostas muito mais positivas em relação ao portão.

Teresina de Goiás, apesar da proximidade com Cavalcante, não demonstrou quase nenhuma atividade turística, com apenas um atrativo turístico principal e poucas hospedarias. Possui características mais fortes de ser uma cidade de passagem, e 3,7% dos questionados citaram não saber da existência do PNCV.

Nova Roma, a mais distante cidade do PNCV, e única, dentre as estudadas, que não fazia parte da área do parque ou de seu entorno, não demonstrou nenhuma atividade turística, possuindo mais características de cidade de passagem. Neste município apenas 36,36% dos

entrevistados sabiam da ampliação, enquanto os outros 63,64% não sabiam ou apenas tinham ouvido falar.

Modelo de Regressão Linear

Os resultados das médias das respostas em relação à influência variaram entre 2,25 e 2,95 (Tabela 22). Com exceção de Cavalcante, que foi a cidade que apresentou influência mais positiva em mudanças na cidade, todos os outros municípios apresentaram maior influência positiva na quantidade de turistas.

Tabela 22: Médias das respostas sobre as influências da proposta de ampliação do PNCV dos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma e Teresina de Goiás.

	Teresina de Goiás (IDHM 0,661)	Alto Paraíso Goiás (IDHM 0,713)	Nova Roma (IDHM 0,634)	Cavalcante (IDHM 0,584)
Quantidade de Turistas	2,7	2,62	2,64	2,72
Infraestrutura da cidade	2,33	2,34	2,6	2,95
Própria atividade econômica	2,37	2,25	2,29	2,86

Influência da ampliação sobre o número de turistas

Segundo modelo linear, os resultados da correlação da influência da ampliação em relação à quantidade de turistas na cidade foram de $Y = -0,6493x + 3,0908$; $r = -0,37$; $r^2 = 0,538$ e $P = 0,266$, correspondendo a uma correlação relativamente inversa e não significativa (Figura 13). Existe uma expectativa inversa de que a ampliação do parque afetará o turismo, em especial cidades de maior IDHM, ou seja, nas cidades de maior IDHM as pessoas não acreditam que ocorrerá incremento no turismo.

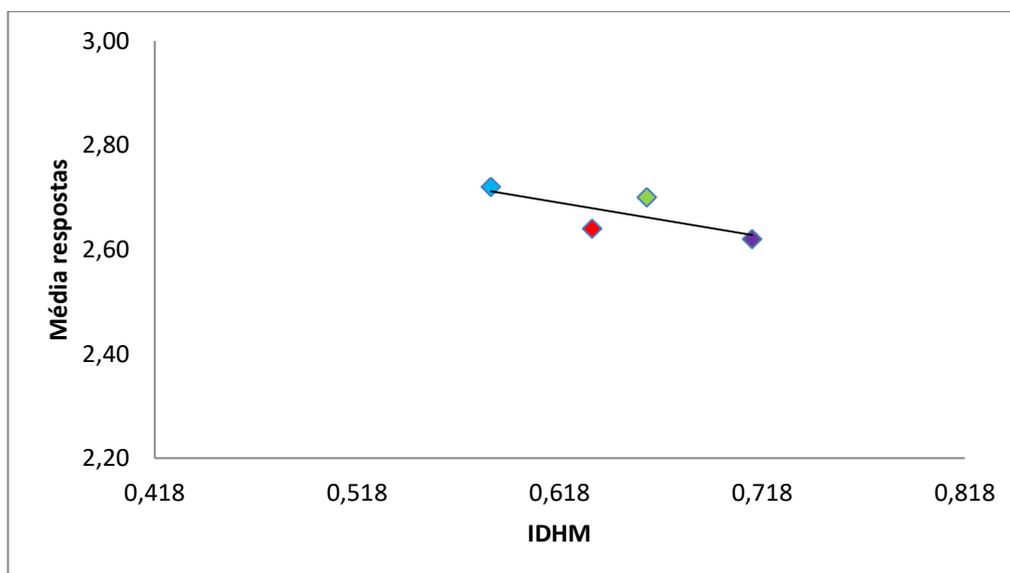


Figura 13: Modelo linear da média das respostas dos municípios em relação a influência da ampliação na quantidade de turistas.

Influência da ampliação sobre a estrutura social e física da cidade

Segundo modelo linear os resultados da correlação sobre influência da ampliação em relação à infraestrutura da cidade foram de $y = -4,9286x + 5,7487$; $r = 0,827$; $r^2 = 0,741$ e $P = 0,090$. Correspondendo a uma relação inversa e não significativa (Figura 14). Existe uma expectativa inversa de que a ampliação do parque irá afetar as cidades estudadas, em especial nas cidades de

maior IDH as pessoas não acreditam que ocorrerá melhorias ou influências na infraestrutura da cidade. Esse resultado não era esperado para Alto Paraíso, município com maior IDHM, uma vez que o PNCV tem importância sobre seu comércio e turismo.

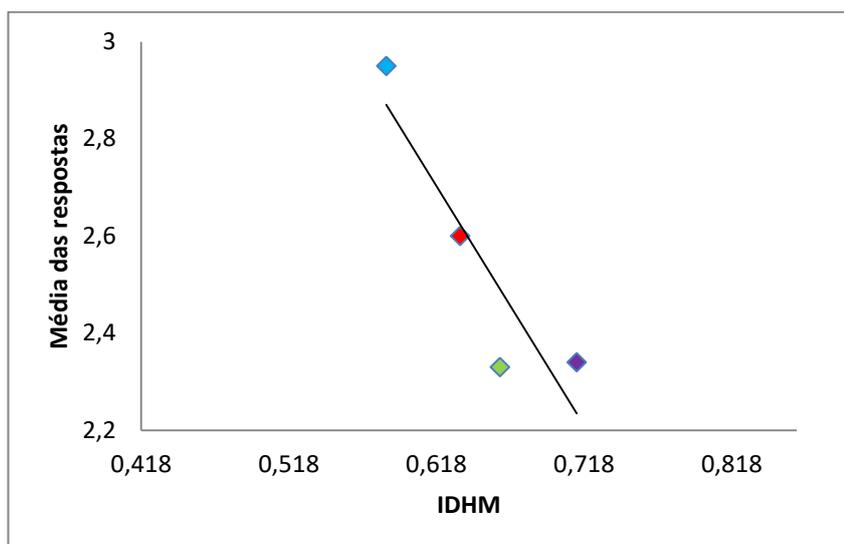


Figura 14: Modelo linear da média das respostas dos municípios em relação à influência da ampliação sobre a cidade.

Influência da ampliação sobre o próprio negócio ou atividade econômica

Segundo modelo linear os resultados da correlação sobre influência da ampliação em relação à própria atividade econômica dos questionados foram de $y = -4,3795x + 5,2804$; $r = 0,541$; $r^2 = 0,649$ e $P = 0,166$, correspondendo a uma relação inversa e não significativa (Figura 15). A média das respostas de Nova Roma e Cavalcante podem ter causado a não significância do teste, devido à distância entre a reta de regressão e seus respectivos pontos. Mesmo assim, existe uma expectativa inversa de que a ampliação do parque irá afetar as cidades estudadas, em especial nas cidades de maior IDH, onde as pessoas não acreditam que a ampliação pode afetar seus comércios e fontes de renda.

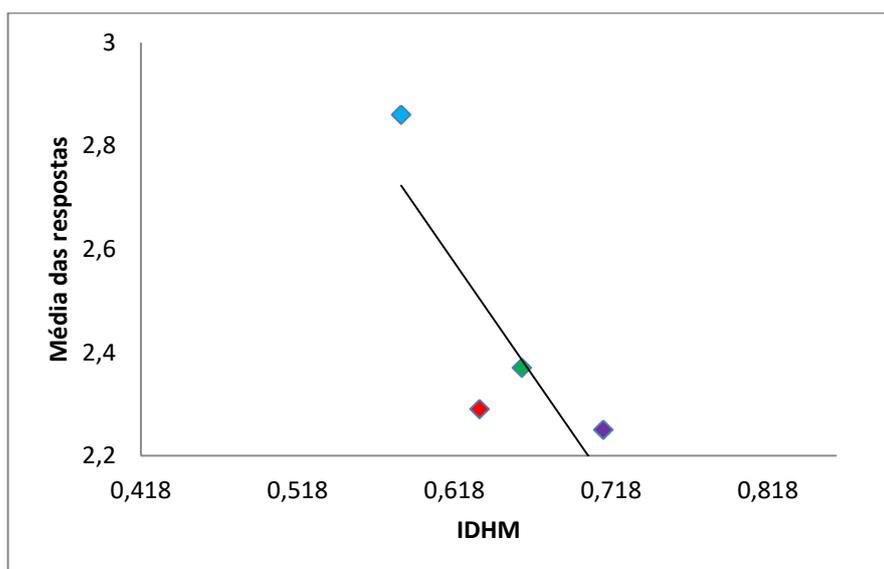


Figura 15: Modelo linear da média das respostas dos municípios em relação à influência da ampliação sobre o próprio negocio, atividade econômica.

Mesmo com alta correlação, principalmente entre IDHM e influência da ampliação do PNCV sobre a cidade, a pequena quantidade de municípios estudados pode ter afetado os resultados e sua confiabilidade. Apesar de nenhum dos modelos ter sido significativo, os resultados não fogem da realidade uma vez que normalmente dados de estudos sociais não apresentam uma distribuição normal. Tal resultado não invalida os dados coletados, mesmo não sendo representativo para a população como um todo, mostra a realidade e perspectivas daqueles que foram entrevistados.

Teste da mediana

Todos os valores do teste da mediana foram maiores que 0,05 (Tabela 23) demonstrando que não houve significância no teste, ou seja, os municípios apresentaram médias de respostas similares (Figura 16). Uma explicação para esse resultado pode ser a origem dos municípios, os quais originalmente eram um só, e a grande circulação de pessoas entre eles.

Tabela 23: Teste da mediana entre todos os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás e Nova Roma.

		Cavalcante	Teresina de Goiás	Nova Roma
Influência sobre os turistas	Alto Paraíso de Goiás	0.826	0.889	0.986
	Cavalcante		0.797	0.830
	Teresina de Goiás			0.868
Influência sobre a cidade	Alto Paraíso de Goiás	0.600	0.876	0.952
	Cavalcante		0.809	0.853
	Teresina de Goiás			0.809
Influência sobre atividade econômica	Alto Paraíso de Goiás	0.650	0.719	0.964
	Cavalcante		0.549	0.660
	Teresina de Goiás			0.560

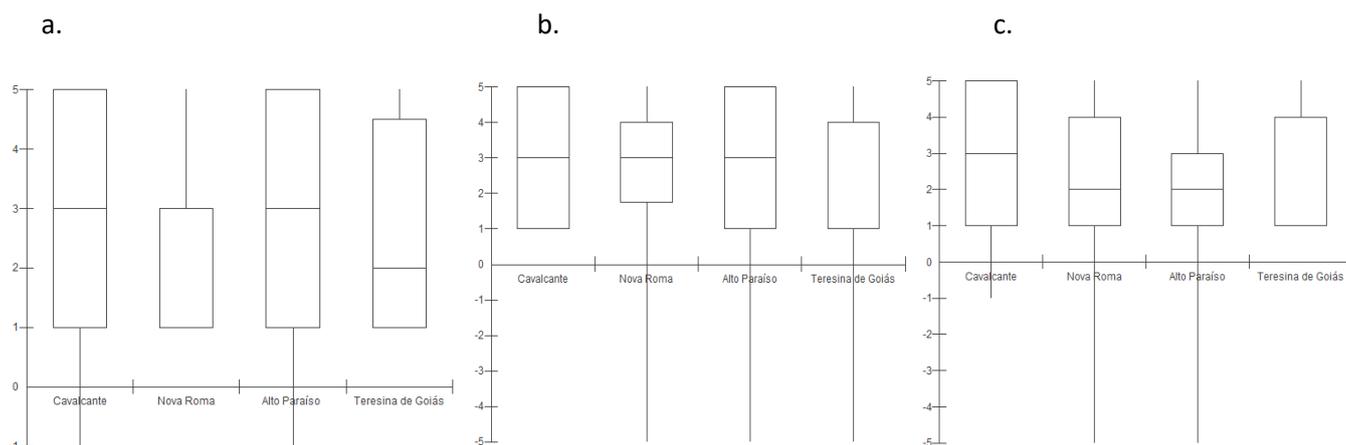


Figura 16: Box-Plot da mediana das perguntas referentes à: a. influência no turismo, b. influência na cidade, c. influência na atividade turística.

Ao longo da aplicação dos questionários e depoimentos, percebi a falta de informações sobre o assunto entre aqueles que foram questionados. Em alguns casos, quando cientes da situação, não tinham todas as informações ou assumiam como verdades informações erradas ou

tendenciosas repassadas por pessoas contra ou a favor da ampliação, demonstrando falha na comunicação entre os agentes envolvidos.

Além da desinformação sobre a ampliação do PNCV existe um discurso de que a ampliação traria mais pobreza para os municípios. Tal discurso não é injustificado uma vez que o histórico de criação e delimitação de fronteiras do PNCV gerou e agravou muitas problemáticas fundiárias na região.

Melhorar a discussão sobre a ampliação do PNCV e seus impactos sobre as comunidades locais, levando em consideração as particularidades e demanda de cada município é essencial para o sucesso da gestão e manutenção do PNCV.

Conclusão

Cavalcante possui expectativa em relação à ampliação do parque, especialmente quanto à abertura de um novo portão para acesso de turistas ao PNCV na cidade. O município apresentou as maiores expectativas em relação à ampliação, o que pode indicar uma ansiedade por se tornar uma cidade turística tão relevante quanto Alto Paraíso, podendo ser a ampliação um caminho para isso.

Alto Paraíso de Goiás apresentou as menores expectativas em relação a ampliação e sua influencia sobre o aumento do turismo para a cidade e por isso assume uma postura desacreditada. Os comércios e turismo consolidados no município, e a elevada quantidade de pontos turísticos, além do PNCV, citados pelos entrevistados, podem indicar a ideia de que as pessoas não acreditam que o PNCV iria influenciar diretamente nas atividades econômicas da comunidade.

Teresina de Goiás não acredita que a ampliação do parque irá mudar sua condição de cidade passagem. O município não acredita que é influenciado pelo parque e relatos de desapropriação de terras devido à ampliação, não ajudam a população local a simpatizar com a ideia.

Nova Roma acredita que, por conta do seu isolamento, não terá um fluxo de turistas expressivo com a ampliação e que, por isso, não espera grandes mudanças. A grande quantidade de produtores, atividade bem consolidada, e a falta de informação sobre a ampliação podem ter influenciado as expectativas em relação a ampliação.

Bibliografia

- AGENCIA ESTATUAL DE TURISMO DE GOIÁS. 2014. Disponível em: <http://www.goiasturismo.go.gov.br/>. Acesso em: ago, 2016.
- AGUIAR, L. M. S. & CAMARGO, A. J. A.. (Eds) **Cerrado: Ecologia e Caracterização**. Embrapa. Brasília, 2004.
- ANDREUZZA, M. G. S. B., STURARI, R. J. A., FERNANDES, F. C.,(coord.). **Plano Estratégico de Longo Prozo para o Estado de Goiás – Plano Goiás 2030**. Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, SEPLAN, Goiânia, 2011.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: jun. 2016.
- AYRES, M., AYRES Jr., M., AYRES, D. L., & SANTOS, A. S. **BioEstat: Aplicações Estatísticas nas Áreas das Ciências Biológicas e Médicas**. Belém: Soc. Civil Mamirauá/CNPq, 2007.
- BARBOSA, G. A. **As Estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e Oportunidades**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2008.
- BARREIRA, C. M. **Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: jul. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007**. Institui a Lei do Saneamento Básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: jun. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 8.309 de 16 de setembro de 1977**. Dispõe sobre composições nas ações discriminatórias de terras devolutas e dá outras providencias. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=8352 . Acesso em: ago. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 6 ed. Aum. Brasília: MMA, 2006. 57p.
- BRITEZ, R. M. et al. Manejo do Entorno. In: MMA. **Fragmentação de Ecossistemas – Causas, Efeitos sobre a Biodiversidade e Recomendações de Políticas Públicas**, Brasília: MMA, 2003. 508p.
- COUTINHO, J. L. R. & RODRIGUES, D. C. B., Estrutura Fundiária e Cidadania. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas: Universidade Federal do Maranhão UFMA. São Luis, 2015.
- DATASUS – Tecnologia da Informação a serviço do SUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/go.htm>. Acesso em: jun. 2016.
- EITEN, G. 1977. **Delimitação do conceito de Cerrado**. Arquivos do Jardim Botânico, Rio de Janeiro 21: 125-134.
- ESTEVEZ, C. M. P. **Evolução da criação dos Parques Nacionais no Brasil**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- FERBER, R. **Handbook of Marketing Research**. New York, McGraw-Hill, 1974.

- FILHO, R. A. (ed.) **Plano de manejo da Reserva Natural Serra do Tombador, Cavalcante – Goiás**. Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. Curitiba, outubro de 2011.
- FRANÇOSO, R.D., BRANDÃO, R., NOGUEIRA, C.C., SALMONA, Y.B., MACHADO, R.B., COLLI, G.C.. Habitat loss and the effectiveness of protected areas in the Cerrado Biodiversity Hotspot. **Natureza & Conservação**. I3 35-40. 2015.
- GARSON, G. D., 2009., **Statnotes: Topics in Multivariate Analysis**. Disponível em: <http://faculty.chass.ncsu.edu/garson/PA765/statnote.htm> . Acesso em: out. 2016.
- GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1988.
- HAMMER, Ø., HARPER, D.A.T., RYAN, P.D. PAST: Paleontological statistics software package for education and data analysis. **Paleontologia Eletrônica**, v. 4, n. 1, p. 1-9. http://palaeo-electronica.org/2001_1/past/issue1_01.htm, 2001.
- IBAMA/PROAVES, 1998. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Brasília, 1998. 250p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/. Acesso em: jun. 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Censo Demográfico 2010: Resultados Gerais da Amostra**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=5205307>. Acessado em: mai. 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. **Censo Demográfico 2012: Resultados Gerais da Amostra**. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. **Sistema IBGE de Recuperação Automática** – Sidra. Pesquisa Industrial Anual –Empresa, Produção Agrícola Municipal, Pesquisa Pecuária Municipal 2011, Cadastro Central de Empresas, Pesquisa da Extração Vegetal e Silvicultura, Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> . Acessado em: out. 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2013. Em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. **Cadastro Central de Empresas 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520530&search=||info%EF1ficos:-informa%EF5es-completas>. Acessado em: ago. 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: jun. 2016.
- ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros**. Brasília, 2009.
- IMB. Instituto Mauro Borges de estatística e assuntos socioeconômicos. 2010. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id_cad=5103&id_not=6. Acesso em: nov. 2016.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. 2014.

- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2015. Ministério da Educação - **Censo Educacional 2015**.
- INOCÊNCIO, M. E. & CALAÇA, M. Cerrado: Fronteira da Produção Agrícola Capitalista do Século XX. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, pp. 1-16. São Paulo, 2009.
- IPEA. Ipeadata. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: jun. 2016.
- IPLEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: jun. 2016.
- KLINK, C.A. & MACHADO, R.B.. **A conservação do Cerrado Brasileiro**. Megadiversidade, v. 1. Julho 2005.
- LEVY, P. S. & LEMESHOW, S. **Sampling and Populations**, Third Edition, Wiley Series in Probability and Statistics, John Wiley & Sons, New York, 1999.
- LUIZ, RR., STRUCHINER, CJ. **Modelo estatístico de causalidade**. Inferência causal em epidemiologia: o modelo de respostas potenciais [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 112 p. ISBN 85-7541-010-5.
- MACHADO, R.B., M.B. Ramos-Neto, M.B. Harris, R. Lourival & L.M.S. Aguiar. 2004. Análise de lacunas de proteção da biodiversidade no Cerrado. In: **Anais IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. pp. 29-38. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba, Brasil. Apud: KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. **A conservação do Cerrado Brasileiro**. Megadiversidade, v. 1. Julho 2005.
- MARQUES, A. C. O., BORGES, R. E., LIMA, V. B., SOUZA, S. B. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Desigual: A questão regional em Goiás. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, MG. 2012.
- MENDONÇA, R.; FELFILI, J. M.; WALTER, B. M. T.; SILVA-JÚNIOR, M. C.; REZENDE, A.V.; FILGUEIRAS, T. S.; NOGUEIRA, P. E. N.; FAGG, C. W. 2008. **Flora vascular do bioma Cerrado**: checklist com 12.356 espécies. p. 287-556. In SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (editores técnicos). Cerrado: ecologia e flora. Embrapa Informações Tecnológicas, v.2, 2008, 1297p.
- MILLER, D.C. **Handbook of Research Design and Social Measurement**. 3rd. Ed. New York, Longman, 1977.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente & IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis. 2011. **Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por acordo de cooperação técnica MMA/IBAMA: Monitoramento do Bioma Cerrado 2009-2010**. Brasília, 2011.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2010. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas: Cerrado**. Brasília: MMA. 200p.
- MTE. Ministério do Trabalho em Emprego. 2012. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php. Acessado em: Out. 2016.
- MYERS, N., MITTERMEIER, R.A., MITTERMEIER, C.G., FONSECA, G.A.B., KENT, J.. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403. pp. 853-858. February 2000.
- NOGUEIRA, R. **Elaboração e análise de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real**. Rio de Janeiro. UFRJ/COPPEAD, 2002.

- PAES, M. 1995. Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros.
- PARASURAMAN, A. **Marketing Research**. Addison Wesley, Canada, 1986.
- PASQUALETTO, A., PEREIRA, E. C., ALVES, L. S., ANTUNES, E. C. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural como zona de Amortecimento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. UCG, Goiânia. 2004.
- PEIXOTO, E. R.; DERNTL, M. F.; PALAZZO, P. P.; TREVISAN, R. (Orgs.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <http://www.shcu2014.com.br/content/origens-e-fatores-da-evolucao-urbana-do-nordeste-goiano-go>.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em: jun. 2016.
- PORTAL FÉRIAS, 2016. Portal Férias do Ministério de Turismo do Brasil. Disponível em: <http://www.ferias.tur.br/>. Acesso em: Out. 2016.
- PREFEITURA DE ALTO PARAÍSO DE GÓIAS, 2013. Disponível em: <http://www.altoparaíso.go.gov.br/>. Acesso em: Ago. 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA DE GOIÁS, 2016. Disponível em: <http://www.teresinadegoias.go.gov.br/historia/>. Acesso em: ago. 2016.
- RANIERI, S.B.L. **Elaboração de diagnóstico dos aspectos naturais (bióticos e abióticos) visando criação de unidades de conservação na região da Chapada dos Veadeiros – GO**. ICMBIO, Brasília. 2013.
- RIBEIRO, J.F., SANO, S.M., SILVA, J.A. 1981. Chave preliminar de identificação dos tipos fisionômicos da vegetação do Cerrado. pp. 124-133 In: **Anais do XXXII Congresso Nacional de Botânica**. Sociedade Botânica do Brasil, Teresina, Brasil.
- ROMANATTO, E. & ARRIEL, M. F.. **Relatório: Caracterização Socioeconômica dos Municípios Goianos**. SEGPLAN, ESTADO DE GOIÁS. 2011.
- SALGADO, T. R., VIANA, J. L. R., ARAGÃO, A. L. S. Impactos da atividade turística a economia municipal de Alto Paraíso de Goiás, Brasil. Universidade Federal do Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3 p. 75-91, set/dez. 2014.
- SANTOS, R. P. & MOSCOSO, M. C., (coord.). **Estudos técnicos para subsidiar a proposta de criação do Parque Estadual São Bartolomeu. Estudo Técnico, Socioeconomia**. FUNATURA, SEMARH, Governo de Goiás, Parques de Goiás. Brasília, 2012.
- SECRETARIA DE TURISMO DE CAVALCANTE. Disponível em: <http://turismocavalcante.com.br/>. Acesso em: jul. 2016.
- SEGPLAN. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, Governo do Estado de Goiás. 2012. **Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos**. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Goiânia
- SEGPLAN. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, Governo do Estado de Goiás. & SEPIN. Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas. 2011. **Caracterização Socioeconômica dos Municípios Goianos**. Goiânia: SEGPLAN. 2011.

SIEGEL, S. & CASTELLAN, N. J. **Nonparametric Statistics for the Behavioral Sciences**, 2nd Edition, McGraw-Hill Book Company, 1998.

SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 350 p.

SILVA, J. M. C. & BATES, J. M.. Biogeographic patterns and conservation in the South American Cerrado: A tropical savanna hotspot. **BioScience**, v. 52. Pp. 225-233. March 2002.

SIMOES, L. L., (coord.), OLIVATO, D., JUNIOR, H. G.. **Unidades de conservação: conversando a vida, os bens e os serviços ambientais**. São Paulo, 2008.

SPOA/CGMI. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – Coordenação Geral de Modernização e Informática. 2016. **Extrato da DAP-Pessoa Física**. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>. Acesso em: jul. 2016.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução a Econometria: Uma abordagem Moderna**. Michigan State University. Ed: Pioneira Thomson Learning. 2006.

APÊNDICE 1 - Questionário

Público: Comércio e produtores

Município: _____ Estabelecimento: _____

Caracterização individual

Idade: _____ Sexo: (F/M) Escolaridade: _____ Naturalidade: _____

Tempo de moradia no Município: _____ Número de filhos: _____

Dividir respostas em escalas de NADA, MUITO POUCO, POUCO, MÉDIO, UM POUCO MAIS, MAIS E MUITO MAIS:

1- O que despertou seu interesse em investir nesta cidade? Pouca concorrência; facilidade de instalar comércio; família; lucros promissores? Outros _____.

2- Você emprega mão de obra local no seu comércio? _____.
Quantas pessoas? _____.

3- Você consegue atender à demanda dos turistas que chegam ao município? Hospedagem, alimentação, produtos locais? (NADA, MUITO POUCO, POUCO, MÉDIO, UM POUCO MAIS, MAIS E MUITO MAIS).

4- Seu comércio/loja/pousada cresceu nos últimos anos? _____ Há quantos anos você tem seu comércio? _____ Quem mais consome seus produtos: turistas, moradores locais ou dividido?

5- Que atividades você desenvolvia antes?
_____.

6- Porque você acha que sua atividade cresceu ou não cresceu? Número de visitantes, Alta concorrência, crise econômica, infraestrutura, acesso de escoamento? Outros _____.

7- Você observou alguma mudança na cidade em favor dos visitantes ou população nos últimos anos? (NADA, MUITO POUCO, POUCO, MÉDIO, UM POUCO MAIS, MAIS E MUITO MAIS).

8- Você acha que a ampliação do parque influenciará o número de turistas que visitam a cidade? (NADA, MUITO POUCO, POUCO, MÉDIO, UM POUCO MAIS, MAIS E MUITO MAIS).

9- A ampliação do parque influenciará a cidade? (NADA, MUITO POUCO, POUCO, MÉDIO, UM POUCO MAIS, MAIS E MUITO MAIS).

10- A ampliação do parque afetará a sua atividade econômica? (NADA, MUITO POUCO, POUCO, MÉDIO, UM POUCO MAIS, MAIS E MUITO MAIS).

11- Quais são os atrativos naturais mais importantes do município? Você poderia citar algum? _____

APÊNDICE 2 - Depoimento

Órgãos públicos (secretários municipais)

Município:

Caracterização individual

Idade:

Sexo: (F/M)

Escolaridade:

Naturalidade:

Tempo de moradia no Município:

Número de filhos:

- 1- Quais são os principais consumidores do comércio? Como é o perfil desse consumidor?
- 2- A ampliação do parque influenciara no comércio do município?
- 3- Como as principais atividades econômicas do município (Lavoura, produção pecuária, hotelaria, comércio, serviços públicos (escola, posto, prefeitura) serviços privados (supermercado, posto, guias) serão afetadas pela ampliação?

ANEXO 1 – Autorização do uso de depoimento

Trabalho de conclusão de curso da aluna Joanna Fernanda Ramos sobre Perspectivas locais sobre a proposta de ampliação do PNCV nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás e Nova Roma

AUTORIZAÇÃO DO USO DE DEPOIMENTO

Eu _____, CPF _____,

RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da entrevista/pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a aluna Joanna Fernanda Ramos do trabalho de pesquisa intitulado “Perspectivas locais sobre a proposta de ampliação do PNCV nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás e Nova Roma” a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Fica claro que o uso do depoimento deve preservar a minha dignidade, confidencialidade, evitando prejuízo ou estigmatização da minha pessoa. Ao mesmo tempo, libero a utilização dos depoimentos em estudos (artigos, slides e vídeos) derivados do trabalho que esta sendo realizado.

_____ de _____ de 2016

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável pelo projeto